



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Evento Realizado na 52ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2013

#### Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Zé Maia

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do presidente - Palavras do vice-governador do Estado - Exibição de vídeo - Entrega do relatório de sugestões - Exibição de vídeo - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. André Abreu Reis - Palavras da Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia - Palavras do deputado André Quintão - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à abertura do calendário de atividades de Monitoramento de Políticas Públicas de 2013, que contempla a execução dos programas e ações previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental -PPAG 2012-2015 -; à apresentação do site Políticas Públicas ao Seu Alcance, criado pela Assembleia Legislativa de Minas como ferramenta de aprimoramento do trabalho de avaliação e fiscalização das políticas públicas estaduais; e à entrega aos presidentes das comissões permanentes do relatório que sintetiza as sugestões recebidas nos encontros regionais de prestação de contas, promovidos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais no primeiro semestre deste ano.

#### Composição da Mesa

O locutor -Convidamos a compor a Mesa o Exmo. Sr. Alberto Pinto Coelho, vice-governador do Estado; a Exma. Sra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado; e os Exmos. Srs. deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; deputado Zé Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; Leonardo Pessoa Paolucci, secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, representando o prefeito municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; e André Abreu Reis, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Maria Paes de Vilhena; e a Exma. Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia, professora adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Fábio Caldeira, ouvidor-geral do Estado, e André Luiz de Castro Ferreira, assessor chefe de Gestão Estratégica e Inovação, representando a Secretaria de Estado de Cultura; da Exma. Sra. Nathália Milagres, assessora de Gestão Estratégica, representando a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e do Exmo. Sr. Agostinho Patrus Filho, secretário de Turismo.



O locutor -Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

### **Palavras do Presidente**

Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, dileto amigo Alberto Pinto Coelho, encontramos-nos em sua Casa, onde brilhou e deixou um legado altamente precioso, o planejamento estratégico. Isso é o que nos dá luz e condições para continuarmos avançando pela estrada da evolução. Quero saudar a Exma. Dra. Andréa Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais. Ela está sempre presente, e estou muito grato por isso. Quero também saudar os Exmos. Srs. deputado André Quintão, fraterno amigo e presidente da Comissão de Participação Popular; deputado Zê Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Leonardo Pessoa, secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, representando o amigo e prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; André Abreu Reis, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto, representando a secretária de Estado, Planejamento e Gestão, Renata Vilhena. Saúdo a Dra. Maria de Fátima Junho Anastasia, professora adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ela vem aqui iluminar, sobremaneira, este nosso evento. Saúdo as Sras. deputadas, os Srs. deputados, as senhoras e os senhores presentes e a imprensa também. Esta é uma breve saudação.

Cumpro um dever neste instante. Esta é a primeira oportunidade depois do passamento do fraterno amigo e irmão, deputado José Henrique. Quero deixar aqui uma palavra de gratidão por tudo que esse notável mineiro fez por mim, pelos senhores, pelo próximo e pelo semelhante.

Ontem a imprensa me indagou sobre as atitudes, as ações e o trabalho do deputado José Henrique. Eu respondi que era difícil descrever em palavras a grandiosidade que foi essa criatura humana chamada José Henrique. Ele foi um benfeitor e querido por todos nós. Além disso, sempre foi intransigente na defesa dos valores, da ética e da correção. Ele teve uma vida voltada para os mais pobres, os doentes e os enfermos. Cabe a cada um de nós agora absorver essa lição de vida exemplar e singular, para que possamos lapidar e aperfeiçoar essa nossa caminhada pela estrada da vida terrena. Amigo e irmão, José Henrique, descanse em paz, e que todos nós aqui possamos promover esta homenagem e fazer o bem que ele soube, de forma singular, praticar e vivenciar.

Quero, neste instante, governador Alberto Pinto Coelho, falar sobre a minha alegria. O destino sempre foi bondoso e sorriu para Dinis Pinheiro, e tive a oportunidade de sucedê-lo. Por obra das queridas deputadas e deputados, sempre falo: resta a mim ser um esforçado e empregado dos mineiros, para que esta instituição possa ser, a cada dia, mais preciosa e virtuosa.

Sinto, com a alma repleta de humildade, que o Parlamento de Minas vive um bom momento. É gratificante, deputado Adelmo, andar por Minas e por sua terra, Uberaba, e testemunhar o acolhimento, a ternura e o respeito, não por Dinis Pinheiro, mas por esta instituição, que tem um papel maravilhoso de melhorar a vida das pessoas. Falo, deputado Bonifácio Mourão, que a Assembleia de Minas, dentro desse planejamento estratégico, tem voz, tem vez, tem norte e tem caminho. O governador Alberto Pinto Coelho teve uma papel fundamental na construção deste momento. Faço questão que a Assembleia converse com as pessoas, indo ao encontro delas e abraçando as causas sociais. Espero que, cada dia mais, ela tenha uma legislação de qualidade e cumpra com a sua função fiscalizatória. Essa é a característica e a marca do Parlamento de Minas.

Há pouco, um veículo de grande expressão do Rio Grande do Sul assinalou encantamento e respeito por este Parlamento e o considerou o maior parlamento do Brasil. Isso é algo que recebemos com o coração repleto de satisfação e nos leva a uma motivação e a uma responsabilidade ainda maiores.

É por isso que hoje estamos tendo a oportunidade de ofertar aos mineiros e às mineiras um momento muito bonito, um belo momento que demonstra o que pregamos e conquistamos: a democracia participativa. É isso o que cada um de nós busca. Hoje a Assembleia de Minas está disponibilizando mais um instrumento, mais uma ferramenta de conversação com o cidadão, perseguindo uma relação pacífica e consensual. O povo é o nosso padrão. Agora ele terá a oportunidade de acompanhar, fiscalizar, denunciar, aconselhar e verificar como efetivamente está sendo investido seu recurso, o recurso público, nas áreas da saúde, da educação, da segurança, enfim, nas áreas de forma geral. Então, é algo muito belo.

Quero aproveitar para parabenizar a Mesa da Assembleia, os deputados e as deputadas e externar o orgulho que sinto ao celebrar este momento pioneiro no âmbito dos legislativos estaduais. É isso o que nos dá alegria, força e ânimo para continuarmos trabalhando e procurando fazer o melhor para Minas e para os mineiros. Então, deixo um abraço especial a todos que aqui se encontram, visitantes, palestrantes, corpo técnico da Assembleia, que é primoroso, esmerado e altamente qualificado, que realmente nos enche de alegria.

Lançamos agora o *site* de acompanhamento das políticas públicas, um belíssimo momento para o cidadão acompanhar de perto, de verdade, como está sendo investido o recurso público no Estado de Minas Gerais. Um grande abraço a todos. Boa tarde às senhoras e aos senhores. Governador Alberto Pinto Coelho, é com muita alegria que a Casa do Povo o recebe nesta oportunidade.

### **Palavras do Vice-Governador do Estado**

Cumprimento o caríssimo deputado estadual Dinis Pinheiro, fraterno amigo, eminente presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Nesta oportunidade, quero consignar que V. Exa. conduz os destinos deste Poder com muita competência, diria, sapiência e visão política. Cumprimento também a Sra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; o deputado André Quintão, dileto amigo e presidente da Comissão de Participação Popular, e o querido amigo deputado Zê Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em cujas pessoas estendo os cumprimentos aos demais deputados e às deputadas que compõem o Parlamento mineiro; o Sr. Leonardo Pessoa Paolucci, secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, representando o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; os colegas de governo, Sr. André Abreu Reis, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto, representando a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Maria Paes de Vilhena; o ouvidor-geral do Estado, Fábio Caldeira; e a Dra. Maria de Fátima Junho Anastasia, professora adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, cuja presença enalteço.



É com imensa satisfação que recebi o convite para estar aqui ao ensejo de uma nova conquista do Parlamento mineiro, que é o avanço das políticas públicas no nosso estado. Caro Presidente Dinis Pinheiro, depois de 16 anos convivendo diariamente nesta Casa e participando ativamente das atividades, fico muito grato por poder olhar de fora para dentro, acompanhar e aplaudir o trabalho desenvolvido pela Assembleia de Minas Gerais, que está à frente, com muita competência, atuando como protagonista em temas relevantes, de interesse coletivo. Isso é reconhecido por todos os mineiros e mineiras, esse é o papel que esperam desta Casa, que é a voz do povo. Tive oportunidade de participar da Mesa da Assembleia como 1º-vice-presidente no mandato do presidente Antônio Júlio e de ser o relator de uma importante conquista para esta Casa: a matéria que, por último, tratou da criação da Comissão de Participação Popular e do Conselho de Ética, aprovada soberanamente por este Plenário. Digo isso porque recentemente assistimos à juventude deste país, jovens sem lenço e sem documento, desempenhar um papel que acarreta uma reflexão muito grande por parte de todos nós, homens públicos. Diria que assistimos à cidadania virtual contextualizando a cidadania real com muita propriedade. Estamos diante de desafios e cabe-nos buscar respostas. Assistimos à sociedade civil organizada ser contemporânea da sociedade civil mobilizada. De tudo isso que acontece e das cobranças recaídas sobre os homens públicos - os políticos - e sobre as políticas, o que mais me despertou a atenção foi que, em que pese aos desafios, também presenciamos o Estado Democrático de Direito assegurado. Mais que isso, somos os destinatários das manifestações feitas em praças públicas, o que nos tranquiliza em relação à democracia instalada neste país.

A Assembleia de Minas é reconhecida não apenas pelos mineiros e mineiras, mas pelos brasileiros e brasileiras como Parlamento de vanguarda, porque sempre busca estar à frente do seu tempo. Além disso, a Casa se consigna em idos tempos, quando os constituintes elaboraram a Carta Magna do nosso Estado espelhando-se na Constituição Brasileira.

Eu diria, de maneira muito competente e com uma visão antecipadora - e aqui está o líder do governo que teve a responsabilidade de relatar a Constituição Mineira -, além dos instrumentos regidos pela Constituição Federal, instrumentos próprios de planejamento, a LDO, a LOA, o planejamento de médio prazo - PPAG -, foi de iniciativa desta Casa, de maneira inédita, a fixação também do PMDI, o planejamento de longo prazo, instrumento importante para assegurar, independentemente daqueles que pelas urnas vêm a ter a responsabilidade da gestão do Estado, o cumprimento de compromissos fixados de maneira permanente, como norteadores, estrelas-guias, daquilo que cabe ao Estado buscar para aprimorar suas políticas públicas, o seu desenvolvimento econômico e social e a melhoria da qualidade de vida dos mineiros e mineiras.

De um tempo para cá, com o advento do Plano Real e com a estabilidade da economia, a cada dia, esses instrumentos de planejamento, com certeza, vão se aprimorando e retratando avanços concernentes entre aquilo que se planeja e aquilo que se executa, mais próximo, portanto, da realidade. Se a Assembleia é reconhecida como a Casa das Leis, que sai à frente, no contexto de um trabalho que, muitas vezes, a sociedade contemporânea não acompanha de perto. Se antes a riqueza do debate se fazia neste Plenário, hoje esse debate está ampliado e enriquecido nas comissões temáticas, com a participação da sociedade como um todo. Os temas são debatidos de forma mais profunda e com a mais ampla participação.

Quando estava aqui, afirmava - e continuo a afirmar - que nenhuma iniciativa de projeto de lei que tenha prerrogativa do Poder Executivo, do Ministério Público, do Poder Judiciário, por melhor que esse projeto seja trabalhado na sua origem, na sua postulação inicial, não deixa de ser enriquecido nesta Casa. Sem exceção, todos os projetos de lei são enriquecidos e retratam mais o contexto da realidade contemporânea, daquilo que a sociedade almeja.

Estar aqui hoje, meu caro presidente Dinis Pinheiro e colegas de parlamento que aqui estão, é para mim muito gratificante, porque estou vendo aqui mais uma etapa do aprimoramento dessa missão nobre do parlamento, que é a missão fiscalizadora. No ensejo de aprimorar a fiscalização das políticas públicas, em realidade o que estamos alcançando com esse mecanismo é o próprio planejamento estatal. É, naturalmente, retratarmos, cada vez mais, a sintonia entre o que planejamos e o que vamos efetivamente executar.

Portanto, meu caro presidente Dinis Pinheiro; deputado André Quintão, que faz um trabalho também sem precedentes na Comissão de Participação Popular, da mesma forma que o deputado Zé Maia - aliás, eles são vitalícios à frente dessas comissões, uma vitaliciedade renovada pelos seus pares como reconhecimento do trabalho que fazem e da dimensão desse trabalho nessas duas importantes comissões desta Casa -, em nome de ambos e do presidente Dinis Pinheiro, quero enaltecer e reconhecer o importante trabalho do Parlamento mineiro, da Assembleia de Minas, em prol dos mineiros e das mineiras. Muito obrigado.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor - Exibiremos neste instante um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre os encontros regionais de prestação de contas de iniciativa da Assembleia de Minas. A Assembleia percorreu todas as regiões do Estado entre fevereiro e abril do corrente ano para apresentar o trabalho desenvolvido pelo Parlamento mineiro nos últimos dois anos, prestando contas de suas atividades e recebendo sugestões dos cidadãos do Estado para a agenda da Assembleia no biênio 2013-2015.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### **Entrega do Relatório de Sugestões**

O locutor - Neste momento, o Exmo. Sr. deputado Zé Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembleia de Minas, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Casa, fará a entrega do relatório de sugestões recebidas nos encontros regionais de prestação de contas referidos nesse vídeo ao deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular, representando, neste ato, todos os presidentes das comissões permanentes da Casa. As sugestões contidas no relatório servirão de subsídio para a agenda da Assembleia para o biênio 2013-2015.

- Procede-se à entrega do relatório.

O locutor - A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais vem fortalecendo, ao longo dos anos, sua atuação no acompanhamento das ações governamentais, abrindo um espaço cada vez maior para a participação dos cidadãos nas audiências de monitoramento de políticas públicas. Para este ano, além de reformular a organização do monitoramento, a Assembleia de Minas tem a satisfação de lançar o *site* Políticas Públicas ao Seu Alcance, uma nova ferramenta a serviço da avaliação e fiscalização das políticas



públicas estaduais, disponibilizando informações de qualidade para o trabalho dos deputados e das comissões e para a toda sociedade mineira.

### Exibição de Vídeo

O locutor - Neste momento, exibiremos um vídeo de apresentação do site Políticas Públicas ao Seu Alcance.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente (deputado Zé Maia) -Muito boa tarde. Daremos início agora às exposições previstas para o período da tarde. Esclarecemos que ao final abriremos espaço para debate, com questões dirigidas aos expositores. Para melhor organizarmos este momento, ainda durante as falas dos expositores os participantes poderão encaminhar suas questões por escrito, no formulário próprio que será distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, clicar sobre o botão Participe Agora e preencher o formulário de participação.

A Assembleia Legislativa convida a todos para o ciclo de debates 10 Anos da Comissão de Participação Popular, a ser realizado na próxima semana, nos dias 29 e 30 de agosto, neste Plenário. As informações sobre a programação e as inscrições podem ser obtidas no portal da Assembleia [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br). Esse convite também está na antessala do Plenário, à disposição de todos. Por esse convite percebe-se o alto nível do debate que se dará, com a presença da UFMG, da PUC, de universidades da Espanha e da França, entre outras. Será um ciclo de debates de alto nível, presidido pelo presidente Dinis Pinheiro e pelo deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular.

Informamos que foi entregue aos presentes e está disponível na antessala deste Plenário a cartilha que trata do ciclo de planejamento e orçamento em Minas Gerais. A cartilha foi elaborada pela Assembleia de Minas como mais um recurso de informação para fomentar a participação do cidadão neste processo de monitoramento de políticas públicas e na tramitação das leis do plano plurianual e do orçamento anual do Estado.

A Assembleia Legislativa informa a todos que o calendário de monitoramento de políticas públicas continua nas próximas semanas, com audiências públicas sempre às terças-feiras e quartas-feiras, no Auditório desta Casa. Nessas audiências serão debatidas diversas temáticas das políticas públicas, bem como a execução dos programas e ações que as viabilizam. Na próxima semana, teremos a seguinte agenda: terça-feira, dia 27 de agosto, às 9h30min, audiência pública que irá debater as políticas públicas de meio ambiente e saneamento; e às 14h30min, audiência pública que irá debater política pública de assistência social; quarta-feira, dia 28 de agosto, às 9h30min, audiência pública que irá debater as políticas de administração pública e finanças públicas; e, às 14h30min, audiência pública que irá debater as políticas de trabalho, emprego e renda. A agenda completa das audiências públicas de monitoramento de políticas públicas de 2013 está disponível na página do evento no portal da Assembleia [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

### Palavras do Sr. André Abreu Reis

Boa tarde. Sr. Presidente, tomei a liberdade de trazer alguns temas para falarmos um pouco e também comemorarmos os 10 anos dessa parceria da Casa com o governo de Minas Gerais na produção deste evento e de outros em torno da revisão e elaboração do plano plurianual. Antes de falar um pouco sobre a execução de 2013, quero lembrar o que construímos juntos nessa parceria entre o Poder Executivo de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa e a sociedade civil. Sobre esse processo construído por esta Casa junto à Comissão de Participação Popular e à presidência da Casa, particularmente quero dizer que não conheço outro tão maduro e tão bem consolidado. O cenário que tínhamos inicialmente, há 10 anos, no contexto do planejamento e da estruturação das documentações do planejamento, da edição do plano plurianual, que sempre acompanhamos, do PMDI e da lei orçamentária anual, apresentava alguns desafios de ordem normativa. Basicamente ele se centrava no fato de a Constituição nunca ter sido regulamentada. Dessa forma, sobrou um espaço vazio, pois não sabíamos qual seria o conteúdo que deveriam ter esses planos nem qual era a estrutura do PPA. Agora vamos monitorar isso nos grupos temáticos, ou seja, definir qual deverá ser o conteúdo de cada um desses documentos.

Já houve 11 projetos de lei complementar federal que determinariam qual deveria ser o conteúdo dessas matérias, mas nenhum deles foi aprovado até hoje. Então existe um vácuo normativo e um vácuo metodológico para lidarmos com essas questões. Assim foi o espaço ocupado por essa parceria entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo na elaboração desses documentos que trouxe esse formato que conhecemos hoje. Com ela conseguimos esse espaço de podermos acompanhar, de forma regionalizada, toda a execução física e financeira e todo o escopo das políticas públicas por via desses planos, conforme conhecemos.

Sobre a determinação da estratégia a longo prazo, em Minas Gerais há o PMDI, que é diferente do dos demais estados. A construção desse plano determina o que nos espera, o que gostaríamos de ter daqui a 20 anos e quais estratégias vamos construir para chegarmos a esse lugar que desenhamos. E, a partir dessa determinação, o plano plurianual vem com a carteira das políticas que são os meios que nos levarão a esse lugar daqui a 20 anos. Esse alinhamento, essa costura que foi construída é intensamente debatida até hoje. A cada momento de monitoramento, avaliação e revisão, debatemos novamente essas questões afetas ao alinhamento dos planos e do orçamento. Anteriormente esse ponto foi atacado, mas foi construído e intensamente discutido aqui.

De ordem constitucional, tínhamos outros desafios, pensando no Poder Executivo do lado de lá, pois tínhamos uma agenda incompleta de estruturação do orçamento, do programa. Desde 1960 esse orçamento era uma linha contábil que tinha código de programa, código de ação, mas, por trás desses códigos, desses elementos não havia um sentido maior, que seria a construção de uma política pública. Mas isso foi bastante fortalecido, e hoje se consegue uma boa documentação, que está por trás de cada política que está sendo estruturada no Estado.

Sobre a falta de alinhamento desses documentos, a Constituição trouxe o PPA, mas, no capítulo que trata da sua elaboração, ela não trata da revisão e do acompanhamento de forma clara. Então, trazer esse ciclo de planejamento para a ordem do PPA e do orçamento



foi algo que antecipamos e que nos facilitou a prestar informações acerca da execução das políticas públicas, quando veio a lei de acesso à informação, pois estávamos muito bem-estruturados.

Havia pouca experiência acumulada na gestão dos planos. Elaborávamos o plano plurianual, que ficava congelado no tempo pelo fato de não fazermos revisão aqui na Casa. E essa revisão, feita com participação popular nos últimos 10 anos, perdeu um pouco o sentido no segundo ano de execução. Havia um descolamento, e a lei orçamentária ficava bastante empoderada, bem mais do que deveria, dentro da sistemática geral dos planos. Havia também a baixa capacidade institucional do Poder Executivo de construir bons mecanismos e rotinas de acompanhamento e monitoramento dessas políticas públicas.

De 2003 até agora, o primeiro plano foi 2004-2007. Por iniciativa da Comissão de Participação Popular da Casa, esse processo de debate e a elaboração do plano foram iniciados. E posteriormente, anos depois, iniciou-se o processo de monitoramento. Essa demanda surgiu pelo fato de no momento da revisão do plano faltarem informações tanto para nós, nos debates, como para a sociedade civil organizada acerca de computar a execução dessas ações para as quais eles estão debatendo as alterações para o próximo ano. Isso é como se queimássemos um pouco as etapas. Esse processo de monitoramento é um filhote desse processo maior de interlocução com a sociedade civil, que a Assembleia vem fazendo nos últimos 10 anos.

E todo esse debate e essa necessidade de se comunicar de forma mais clara acerca dos documentos fez com que evoluíssemos metodologicamente. Conseguimos fazer uma tradução melhor da estrutura desse plano. E conseguimos colocar, para cada etapa de planejamento, monitoramento, revisão e avaliação, uma mesma estrutura para que todos pudessem reconhecer e identificar com facilidade de qual política estão tratando. Essa estrutura foi intensamente debatida nesta Casa e houve participação de todo cidadão que esteve presente durante esse tempo.

Dentro dessa construção, entra um dos filhos desse processo dos últimos 10 anos, essa estrutura que já conhecemos, já trouxemos aqui, que é esse PMDI. Ele desenha o horizonte dos resultados que esperamos para os próximos 20 anos em termos quantitativos, identificado por indicadores, onde esperamos chegar na área da saúde e da educação. E, sobre a carteira de políticas públicas, ela é estruturada no âmbito do plano plurianual, que vamos monitorar aqui hoje. A partir de hoje esses eventos vão durar uma temporada por cada área temática.

Quando essa sistemática de planos de médio e longo prazos está bem estruturada, o orçamento, merecidamente, perde sua relevância, porque o escopo de tudo o que se vai fazer já foi definido em um debate sobre a estruturação das políticas públicas, que é anterior. Assim, conseguimos relegar o orçamento a uma posição de somente detalhar valores daquilo que definimos, nos planos anteriores, que iríamos fazer. Ou seja, no momento de discussão do orçamento, conseguimos discutir apenas quais serão as fontes de financiamento e quais as despesas que detalharemos para executar as políticas públicas que definimos no âmbito do plano plurianual. Isso não é pouca coisa, porque na discussão orçamentária não conseguimos discutir com profundidade o escopo e a composição das políticas públicas. Isso ocorre em outro momento, quando da discussão do plano plurianual e do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI. Com isso bem costurado e alinhado, conseguimos ter um debate mais tranquilo quando falamos de orçamento.

Depois da construção de um plano de longo prazo que o Poder Executivo encaminha para debate nesta Casa -o plano plurianual, elaborado e construído em parceria com a sociedade civil, assim como a lei orçamentária -, nosso papel é pactuar com cada agente de governo como executar tudo o que foi determinado e construído na Casa. Chegamos ao ponto de determinar os compromissos de cada equipe de trabalho frente a tudo o que foi discutido aqui e está sendo monitorado. Ou seja, cada uma dessas ações tem os seus responsáveis -dentro de cada secretaria, identifica-se a equipe responsável por cada uma delas. Por meio de um instrumento de gestão, conseguimos fazer esse alinhamento, que também é um produto e um filho dessa evolução.

Vejam o que se faz para o fortalecimento desse plano plurianual, que, como como o próprio nome diz, determina metas físicas e financeiras para vários anos -no caso, quatro. Primeiro, a adoção de uma estratégia para lidar com esse plano de forma deslizante. O que seria isso? Sempre trabalho com quatro anos, independentemente da vigência do plano. Não que eu determine as obrigações do próximo governador em seu segundo ano de governo, mas, internamente, consigo estruturar a visão da execução daquelas políticas públicas sem perder nem um ano de horizonte. Soaria estranho se, a cada ano em que executo um plano, eu perdesse um ano de planejamento, como se aquela política não existisse mais. Assim, toda vez que trazemos o debate para cá, estamos sempre travando uma discussão de quatro anos de execução de políticas públicas. No início, discutimos muito aqui sobre como seriam apresentadas essas metas físicas -se para cada ano, se em conjunto. Mas, como eu disse inicialmente, essa estrutura foi concebida e definida pelo governo e pela Assembleia Legislativa para esse período, mesmo porque não está predeterminado como isso deveria ser estruturado.

Hoje, estamos abrindo um processo de monitoramento pela Casa, mas, antes de chegar aqui, esse processo ocorre dentro do Poder Executivo, conduzido basicamente por duas estruturas na Secretaria de Planejamento, que articula com todos os órgãos de governo o acompanhamento dessas políticas. Hoje, temos em torno de 320 programas e 1.300 ações sendo executadas, sendo que bimestralmente prestamos informações e divulgamos a execução física e financeira. Isso já acontece há longos anos, e desconheço outra experiência em que se consiga tão tempestivamente prestar informações de 100% dos programas que estão sendo executados pelo Estado.

Para além dessa estrutura e após esse trabalho realizado pela estrutura do Poder Executivo, que faz o acompanhamento junto aos órgãos e entidades, são divulgados esses relatórios, que são insumo para este debate nesta Casa. Aliás, durante todo o período de divulgação, esses relatórios já servem ao consumo da sociedade civil, para que ela possa participar do debate que aqui se trava nas audiências de monitoramento e de revisão.

Após esses dois momentos, chega-se ao ponto em que estamos hoje, quando podemos discutir a execução orçamentária desses projetos em cada um dos grupos temáticos -e penso que cada responsável, em cada um dos grupos, poderá falar com muito mais propriedade do que eu a respeito -, a partir dessa estruturação.

A letra está pequena, mas basicamente estou falando do que está planejado e executado de metas físicas e financeiras para cada uma das regiões do Estado. Para nós é um fator fundamental conseguir estruturar essas entregas de políticas públicas em cada uma das regiões de planejamento do Estado. Os relatórios são publicados nesse formato e servem de insumo a esse processo. Orgulhamo-nos



muito deles, porque foi um processo de construção bastante complicado, pois existem diversos desafios técnicos por trás da construção de informações dessa natureza para se conseguir estruturar com clareza a saúde e a educação. De todo o dinheiro que está sendo gasto por ano na educação, é preciso saber distribuir R\$8.000.000.000,00 no mapa do Estado. Existem desafios técnicos por trás que vimos rompendo ano a ano, um a um, para conseguirmos prestar informações de qualidade.

O relatório institucional de monitoramento é divulgado bimestralmente, com seus dois subprodutos: o relatório dos programas estruturadores, que é o foco fundamental desta audiência de monitoramento, referente aos programas estratégicos do governo; e o relatório institucional dos programas sociais, que é um extrato desse primeiro relatório, tratando somente das políticas públicas e sociais do Estado. Para os anos anteriores e para o exercício corrente, podem ser encontradas informações dessa execução no *site* da Secretaria de Planejamento.

No final, trarei uma provocação a esse respeito. Há documento publicado da avaliação do plano, que é um instrumento que precisamos consumir melhor, nós, do Poder Executivo, sociedade civil e Assembleia, em que identifico, por exemplo: para o exercício de 2012, em 15 de junho divulgamos tudo que foi executado em 2012, com todos os principais resultados entregues para cada um dos programas elencados, resultado a resultado, e todos os indicadores que monitoram os seus resultados, com identificação básica de quais seriam os seus compromissos e objetivos. Então existem ali elementos fundamentais para subsidiar um debate de alteração do plano e para promover incrementos ou exclusões de ações que não apresentam os resultados desejados.

A partir do documento de avaliação e das informações geradas, que são informações que alimentarão o portal de políticas públicas, consigo enxergar e montar mapas dessa natureza. Estou tratando de renda *per capita* - a letra está miúda. Há uma distribuição que mostra quais são os nossos maiores problemas de renda no Estado, e consigo, por exemplo, obter o gasto per capita em educação e ver que, mal ou bem, temos feito um bom trabalho, pelo menos do ponto de vista de distribuição. Independente de conseguir observar quais são os resultados efetivos da política, antes de verificar qualquer coisa a respeito de indicadores da política do ponto de vista da execução da despesa, consigo ver que tenho um bom indicativo, e estou conseguindo deslocar a despesa, do ponto de vista *per capita*, para as áreas mais necessitadas.

Sr. Presidente, todo ano eu passo um aperto com esse mapa, porque vejo o Triângulo, terra de V. Exa., clarinho. Mas, pelo mapa anterior, podemos ver que, do ponto de vista de renda *per capita*, a região está muito bem atendida; então, estamos fazendo um bom trabalho, transferindo renda para o restante do Estado.

Para que este plano não se perca no tempo e se passe um ano, imaginando o primeiro ano de um governo -vamos pensar no caso do governador do Estado -, e para que esse plano não perca o sentido, foi muito importante a inclusão da possibilidade de se fazer a revisão anual do plano, porque isso dá mais credibilidade e maior aderência ao planejamento do Estado, na medida em que, anualmente, podemos rediscutir, recalibrar metas e fazer alterações marginais no plano. Isso aumenta a aderência e possibilita que o próprio monitoramento seja mais efetivo, porque se consegue produzir resultado de forma mais rápida. Em poucos meses, provavelmente em novembro, nesta Casa, deverá haver nova audiência de revisão do plano, para que possamos fazer alterações que considerarem necessárias para melhor execução das políticas públicas.

O que tenho de principais resultados destes últimos 10 anos no que se refere aos produtos gerados desse nosso relacionamento? Sobre transparência, é impressionante o que já conseguimos gerar de quantidade e qualidade de documentos nos últimos anos, para que possamos ter uma discussão bem mais qualificada hoje.

Desde o processo de elaboração, conseguimos relatórios detalhados para que cada um saiba o que está sendo entregue em cada região, durante a execução, no monitoramento, o que conseguimos entregar em uma região e em outra, qual programa está atrasado e qual não está. O Poder Executivo divulga as informações e vem para cá prestar explicações dos atrasos e do que está mais adiantado. Durante a avaliação, conseguimos apurar se essas políticas públicas geraram os resultados esperados e verificar se alcançamos o que foi inicialmente pactuado na etapa de elaboração e de revisão do plano.

Fundamentalmente, o resultado mais importante de todos é a inclusão da participação social nesse processo, com a realização de audiências na capital e no interior, ampliando o debate dessa carteira e tornando o plano bem mais palatável, através de um trabalho importantíssimo do corpo técnico desta Casa, que faz capacitações. Eventualmente o Poder Executivo também participa, transformando essa linguagem de execução orçamentária e de plano, que é árida, numa linguagem que possa ser consumida com maior facilidade e frequência pela sociedade civil, que se apropriou muito dessas informações. Diversos atores com os quais venho me encontrando nos últimos anos discutem conosco de igual para igual, conhecem de fato a execução detalhada do plano e das ações e conseguem fazer um acompanhamento efetivo do que o Estado vem fazendo.

Desafio todo o mundo a pesquisar, a olhar no Brasil afora e verificar quem está também construindo esse trabalho de divulgação periódica como o Estado de Minas Gerais. Em uma parceria como essa é que se consegue incluir a sociedade civil nesse debate. Há raríssimas experiências em que conseguimos um trabalho tão longo e tão robusto como o construído por esta Casa.

No monitoramento e na avaliação, temos essas interfaces de elemento e participação, dado que, na avaliação, também esses documentos divulgados servem de subsídios. Mais à frente, em novembro, quando novamente debateremos, os documentos de avaliação poderão servir de subsídios para discutir se esse programa deve ser cortado, se se devem acrescentar valores, se ele teve ou não o impacto esperado. Poderemos ainda discutir por que não está gerando impactos. Essa é uma possibilidade de fomentar o debate. A princípio, parece pouca coisa. Falamos dessa questão da informação e da transparência, mas construir elementos detalhados a respeito da execução das políticas públicas, dessas 1.300 ações, com a periodicidade que conseguimos, é um trabalho muito duro de todo o corpo técnico do Poder Executivo, ao qual agradeço muito em todos os momentos em que fazemos encontros, quando debatemos sobre monitoramento, avaliação e elaboração do plano. Esse é um trabalho e um esforço enormes de toda equipe do governo, que tem de parar em determinado momento e prestar essas informações.

Entre os desafios que sobram para refletirmos está o aprofundamento da estratégia de regionalização do planejamento. Temos construído - mostrei diversos relatórios a respeito de planejamento - esses mapas. Há informação qualificada. Gastamos muitos anos



para conseguir informações qualificadas nessas intervenções regionais do Estado. Está na hora de termos um uso melhor dessas informações e trabalhar nesta Casa e no Poder Executivo com as informações de regionalização.

Outro desafio é melhorar a utilização de informações da avaliação, que é também um esforço grande que fazemos na divulgação dos relatórios de avaliação do plano. Então, há boas informações, qualificadas, para discutirmos no momento da revisão. Um outro desafio é integrar as informações de execução das políticas públicas dos diversos sistemas corporativos - esse é um “para-casa” nosso. Para ser bastante específico em relação a isso, o que está por trás desse item é minimizar os esforços de monitoramento do gestor, conectando sistemas informatizados, para que ele possa saber, por exemplo, a etapa do processo licitatório de uma ação que será apresentada aqui com a conexão de instrumentos e dos sistemas informatizados. Isso minimiza o custo informacional, dado que existe um sistema corporativo que toma conta de tudo que está acontecendo com o projeto. Então temos de conectar essas informações para conseguirmos informações mais precisas e tempestivas da execução das políticas.

Lidar com a redução de margem de discricionariedade dos recursos estaduais. Esse é um desafio que não é do governo de Minas Gerais, mas do País. Tanto o governo federal como os demais estados e municípios passam por esse desafio, ou seja, tentam lidar com essa margem de discricionariedade de recursos. O que estou dizendo é que, no âmbito do orçamento do Estado, o engessamento dos recursos é enorme, porque nós mesmos o criamos. Não há nenhuma dificuldade nisso, porque boa parte das políticas públicas que executamos são intensivas em pessoal. Se pensarmos em saúde, segurança e educação, temos uma folha grande. O Estado é intensivo prestador de serviços, e é natural que seja assim; por isso nos sobram poucos recursos para podermos ter novas ideias e iniciativas. O custo de oportunidade, associado a cada R\$1,00 do que nos sobra, é altíssimo, porque temos obrigações constitucionais a prestar em cada uma dessas áreas de políticas públicas, o que torna o orçamento bastante rígido; por isso temos de lidar com isso anualmente. Temos as despesas do presente e, principalmente porque são importantes, aquelas do passado que trazemos para hoje. Por exemplo, o gasto com inativo e com juros da dívida. Hoje esses gastos são elevados, foram naturais de um processo histórico do Estado e hoje ocupam grande parte da agenda orçamentária.

Tentar aumentar o consumo dessa informação e disponibilizá-la é um desafio nosso e desta Casa na inauguração desse portal. Fazer com que as pessoas consumam essas informações é fundamental, porque ali encontramos o produto de um trabalho importante e informações riquíssimas que demandaram um esforço técnico grande do próprio Estado em fomentar o debate e esclarecer o que está sendo executado nas políticas públicas.

Qualificar, a cada rodada do ciclo, a carteira de políticas públicas do Estado, que é o que estamos fazendo aqui. Com a inauguração desse processo, estamos abrindo o debate para que o gestor tenha oportunidade de discutir com os deputados e a sociedade civil o que está ruim na execução, o que dá para melhorar e o que pode ser trocado. Esse espaço está aberto para iniciativas dessa natureza.

Basicamente é isso que queria dizer. Farei apenas um rápido cenário de 2013, apontando em que ponto estamos e o que nos espera este ano. A execução geral dos projetos estruturadores - falarei de forma genérica, porque isso será debatido de forma mais expressiva nos grupos - está em torno de 48% até o presente momento. Ela apresenta uma curva ascendente ao longo do ano, como boa parte da execução de políticas públicas, tendo em vista que grande parte depende de processo licitatório e tem uma curva ascendente no tempo ao longo do ano, ou seja, gasto três, quatro, às vezes, cinco meses licitando, principalmente projetos de infraestrutura. Então a tendência é essa execução se acelerar até o final do ano.

Foram executados mais de R\$2.000.000.000,00 de investimentos no Estado até o presente momento. E há expectativa de executarmos mais R\$3.000.000.000,00 em investimentos até o final do ano, principalmente em infraestrutura. Dentro dessa área, congregam investimentos na área de saúde, educação, segurança e, fundamentalmente, infraestrutura no Estado. É preciso ver se rompemos esse ciclo de baixo crescimento que nos espera neste e no próximo ano.

Neste ano, como nos demais, estamos vivendo esses dilemas e fomentando os debates no plano nacional, para ver se decidimos a questão orçamentária, principalmente no que tange às discussões acerca da dívida do Estado. Frente a esse passado que se arrasta e compromete boa parte dos nossos recursos públicos, o que dificulta a entrada de novas ações nesse debate na Casa por via das audiências públicas, esse espaço de intervenção é mínimo e tem-se tornado cada vez menor frente ao crescimento dessas despesas obrigatórias. Alguns cenários surgem para podermos rediscutir essas despesas, mas são poucos e feitos por meio de pequenas janelas. Todos os estados estão caminhando conosco nesse debate, fazendo a rediscussão da dívida do Estado. Neste ano pagaremos de dívida o que faremos de investimento, algo em torno de R\$6.000.000.000,00, um volume bastante expressivo. É uma parte da despesa rígida, a qual temos condições de renegociar, diferentemente das despesas de inativos do Estado, que hoje ocupam R\$9.000.000.000,00. Temos outra forma de lidar com isso, então temos de pensar que, antes de começar a trabalhar, esse é um dado importante. Como esse é um elemento do qual não temos muita gestão, é um desafio que se coloca de forma permanente. Devemos lidar com despesas dessa natureza para podermos construir espaços para as inovações.

Então, é um desafio que se coloca de forma permanente para lidarmos com despesas dessa natureza e construirmos espaços para as inovações. Tendo em vista essa baixíssima descrição, sobra para todos, para o Poder Executivo e para nós. Assim temos de pensar em criatividade, no que podemos produzir com maior qualidade com os recursos disponíveis. Precisamos ser cada vez mais produtivos, porque o acesso a esses recursos está cada vez menor, o acesso a essa margem é menor ano a ano. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos ao subsecretário André Abreu Reis e a toda a equipe do Executivo a parceria de mais de 10 anos. É importante destacar a boa vontade do Executivo de sempre vir a esta Casa e ir conosco ao interior, às várias regiões de Minas Gerais, fazendo esse debate do PPAG e da participação popular. A participação do governo do Estado foi fundamental para o êxito desse programa.

### **Palavras da Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia**

Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar aqui mais uma vez participando de debates e discussões nesta Casa. É um prazer estar aqui, pois venho acompanhando, como analista e pesquisadora, as atividades desta Casa há mais de duas



décadas. Fico muito contente em poder participar de um evento como este, em que a Casa coloca à disposição do cidadão de Minas Gerais informações, dados, indicadores e análises do desenvolvimento das políticas públicas no Estado.

Tentarei ser breve, embora isso não seja do meu feitio, e vocês podem me chamar a atenção se eu começar a falar demais. Irei me basear em um artigo de minha autoria e da Profa. Magna Inácio, da UFMG, intitulado *Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades*. Vou me basear no argumento central desse artigo, mas farei algumas considerações a respeito desta Casa especificamente e de toda sua trajetória de desenvolvimento institucional. E abordarei o significado disso para a democracia, não apenas do Estado de Minas Gerais, mas também brasileira.

Começaria com a seguinte pergunta: por meio de que instrumentos seria possível aumentar as chances de os nossos representantes eleitos efetivamente entregarem aos cidadãos políticas expressivas do melhor interesse do cidadão? Como aumentar essas chances? Sabemos que a representação democrática, na verdade, é uma atividade que só se realiza efetivamente se conseguirmos fazer caminhar suas duas pernas. Uma perna é a da natureza responsiva, da capacidade dos representantes de serem responsivos aos melhores interesses dos cidadãos, o que obviamente implica desafio nada trivial de saber o que é e onde está esse melhor interesse; a outra perna é aquela da responsabilidade, de os representantes eleitos serem responsáveis perante os representados, perante os governados.

Eu me atreveria a dizer que uma hipótese que podemos explorar é a de que as chances de as ações dos nossos representantes serem mais conducentes à produção do melhor interesse dos representados variam inversamente ao grau de assimetria informacional existente nas nossas sociedades democráticas, ou seja, quanto maior a assimetria informacional existente entre governantes e governados, entre representantes e representados, menores são as chances de entregarmos aos cidadãos políticas públicas que expressem e realizem efetivamente o melhor interesse dos cidadãos. Em primeiro lugar, isso ocorre em virtude das dificuldades, como falei, nada triviais de localizar qual é e onde está esse melhor interesse. É verdade que as eleições, como sabemos, são sinalizadoras. Ao comparecerem às urnas, os cidadãos votam e, ao votarem, em certo sentido estão sinalizando sobre as políticas alocativas que preferem.

Peço desculpas por repetir um dos meus temas obsessivos, ou seja, que a democracia não é alguma coisa que se realiza e se esgota no momento eleitoral. A democracia é algo que se exercita nos interstícios entre as eleições, nos contextos decisórios contínuos que separam uma eleição de outra. Portanto a democracia é alguma coisa que se exercita por meio da representação política e pela interlocução entre os processos de representação política parlamentar clássicos e os processos institucionalizados de participação dos cidadãos, de maneira que esses cidadãos possam vocalizar suas preferências, nos interstícios eleitorais, de forma institucionalizada. Esses cidadãos, dessa maneira, podem acompanhar, fiscalizar e monitorar as ações e omissões de seus representantes e de seus governantes.

Parece-me que estamos vivendo na Assembleia o momento de chegarmos mais próximos de uma Casa que seja capaz de produzir e fiscalizar políticas e de monitorar governantes e políticas, tendo em vista o norte do melhor interesse dos cidadãos. Até onde tenho notícia - me corrijam se eu estiver errada -, isso acontece pela primeira vez neste país, como gosta de dizer nosso ex-presidente. Nunca se viu coisa igual. Não tenho conhecimento de outra casa legislativa que disponibilize aos cidadãos um portal como este que está sendo inaugurado hoje. Efetivamente já passei por ele, embora de maneira tímida. Certamente terei sugestões, críticas e comentários a fazer mais adiante. Todavia, nessa primeira passeada, achei que realmente há uma disponibilização de informações, análises, indicadores e dados que são cruciais para aqueles que têm interesses e recursos para acompanhar o desenvolvimento da política pública.

A primeira parte da minha fala é para dar parabéns por mais esse avanço desta Casa na trajetória de desenvolvimento institucional, que não é nova, que já tem mais de duas décadas. Venho acompanhando, estudando e analisando isso. É uma trajetória que, efetivamente, nos mostra ganhos importantes nos processos de interlocução dos representantes eleitos desta Casa com o cidadão.

Não poderia deixar de falar sobre a importantíssima e fundamental contribuição dos técnicos e gestores que aqui atuam e que têm o papel crucial, para fazer fluir a informação, transformar a informação em algo acessível para o cidadão. É um papel crucial assessorar e dar consultoria aos representantes eleitos no desempenho de suas funções. Então, realmente acho que demos mais um passo importante nessa trajetória de desenvolvimento institucional desta Casa. Dito isso, tenho a obrigação de afirmar que queremos mais. Nós, cidadãos de Minas Gerais e cidadãos brasileiros, queremos mais. Sabemos que esta Casa pode nos entregar mais.

O que queremos mais? Em primeiro lugar, - e aqui entra o argumento do texto que é muito interessante - estou aqui numa Assembleia Legislativa de um Estado federativo. Na maior parte dos estudos e análises que temos sobre o Poder Legislativo do Brasil, e mesmo nas matérias mais jornalísticas, quando se fala em Poder Legislativo, normalmente, os autores se referem ao Congresso Nacional, e, mais habitualmente, exclusivamente à Câmara dos Deputados.

Na verdade, o Poder Legislativo no Brasil é um Poder complexo, que envolve, ademais do Congresso Nacional, as 26 assembleias legislativas estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as 5.565 câmaras municipais. Esse é o Poder Legislativo, que, no seu conjunto, tem a função, a atribuição e a obrigação de fiscalizar os atos, as omissões e as decisões dos nossos governantes, relativamente às políticas públicas que estão sendo entregues para os cidadãos.

É interessante notar - e gosto muito de enfatizar esse ponto - que se dermos uma primeira olhada para a nossa matriz institucional, notaremos que, à primeira vista, ela dispersa muito poderes. Por que dispersa poderes? Estamos sob uma república presidencialista, federalista, com representação proporcional, bicameral, e com um sistema eleitoral proporcional. Esses são os principais traços que dispersam poderes. Temos mecanismos na nossa Constituição que garantem pesos e contrapesos institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo: *checks and balances*. E somos uma Federação. No entanto, sabemos também que a combinação que se instituiu no Brasil entre Poder Executivo e União concentra poderes nas mãos desses dois atores. Concentra poderes nas mãos do Poder Executivo e centraliza poderes nas mãos da União.

Esse é um problema, principalmente na leitura que pode ser feita relativa ao tema da simetria informacional. Sabemos que o Poder Executivo no País integra as políticas públicas federativamente. As políticas públicas têm seu planejamento -falha-me a palavra -, sua



concepção -obrigada, estou ficando mesmo muito velha - mais no nível central. No entanto, elas são entregues federativamente, e é preciso contar com a participação dos estados e dos municípios para a execução dessas políticas.

Sabemos que os conselhos setoriais de políticas públicas previstos pela nossa Constituição e atuantes são vinculados ao Poder Executivo. Esses conselhos também estão organizados federativamente. Há conselhos da União, dos estados e dos municípios. No entanto, sabemos que há muito a ser feito no que diz respeito à organização do nosso Poder Legislativo, que envolve Congresso Nacional, assembleias estaduais, câmaras municipais, para que esse Poder, de fato, organize as capacidades institucionais requeridas ao exercício do que, nesse texto, estamos chamando de responsabilidades cruzadas. Se as políticas públicas são entregues federativamente, supomos que devem ser também monitoradas, fiscalizadas e controladas federativamente. Não cabe a cada nível de governo, no âmbito do Poder Legislativo, fiscalizar apenas o mesmo nível. Ou seja, as assembleias fiscalizam o Poder Executivo Estadual; as câmaras fiscalizam o Poder Executivo Municipal; e o Congresso Nacional fiscaliza o Poder Executivo Federal. Por quê? Porque essas políticas, apesar de serem organizadas muitas vezes intersetorialmente, elas o são também federativamente. Isso exige atividades complexas, e não triviais, de organização e de desenvolvimento institucional para o exercício desse monitoramento e dessa fiscalização.

Ademais - e muito importante para o nosso raciocínio -, as casas legislativas no Brasil apresentam grandes e importantes variações quanto às suas capacidades de monitoramento e fiscalização do Poder Executivo e das políticas públicas. Elas nos apresentam diferentes capacidades de auscultar o cidadão, relativamente aos seus melhores interesses, onde estão e quais são as ferramentas que temos ou podemos desenvolver ou inventar para propiciar essa via de mão dupla da representação democrática. Por um lado, há a capacidade de os representantes ouvirem e auscultarem os seus representados e, por outro, há a capacidade de, no âmbito do Poder Legislativo, essas demandas, essas preferências e esses interesses serem traduzidos em políticas que, por sua vez, podem ser traduzidas em resultados.

Temos, então, cidadãos, representantes eleitos e burocracia pública. Há de haver uma coordenação e uma fiscalização mútua entre os vários atores que, de alguma forma, entregam e, eventualmente, sofrem os efeitos das políticas públicas que lhes são entregues. Essa questão me parece importante, porque hoje esta Casa nos dá mostra de grandes e importantes capacidades institucionais ao nos oferecer um portal de monitoramento das políticas públicas desenvolvidas no âmbito de Minas Gerais.

Até onde fui capaz de perceber, esse portal é amigável, permite efetivamente aos cidadãos navegar com certo conforto e obter informações relevantes sobre o que se faz, o que não se faz e o que se deveria fazer relativamente à entrega das políticas públicas. Há muita *expertise* nessa área. O desafio que fica a esta Casa é percorrer a trajetória que já tem sido percorrida relativamente a outras iniciativas importantes de desenvolvimento institucional, como ocorreu por exemplo com o esforço de difusão e indução de escolas do Legislativo pelo País afora. Esta foi a primeira Assembleia a criar uma Escola do Legislativo -e, se não me falha a memória, anteriormente até à Câmara dos Deputados. Correto, Alair? Correto. Parabenizo esta Casa, na pessoa do nosso querido Alair, que fez e continua fazendo um trabalho importante. Ademais, esta Assembleia tem tido sucesso em processos de indução e difusão de inovações institucionais fundamentais de interlocução com o cidadão. O primeiro seminário legislativo realizado aqui, cujo tema foi a educação, ocorreu no início da década de 1990 - salvo engano em 1991. Portanto são mais de duas décadas de um processo contínuo e, cada vez mais, aperfeiçoado de interlocução com a sociedade. Essa interlocução tem resultado em produção legislativa. Muitas vezes, ao analisarem a produção da Assembleia, as pessoas fazem críticas dizendo que o montante dessa produção não expressa a interlocução. Para mim, essa análise não é totalmente correta, porque o que interessa não é o quanto uma lei representa no conjunto enorme de leis, e sim a sua importância para o cidadão. Às vezes vale mais uma lei do que mil, 2 mil, 3 mil leis. Quero saber exatamente a capacidade que uma lei que conta com a participação dos cidadãos tem de carregar efetivamente e realizar ou pelo menos aproximar a representação do melhor interesse desses cidadãos. Então, como disse o meu colega Manoel, podemos considerar esta Assembleia um caso exemplar, distinto, do ponto de vista metodológico, das várias outras casas que, com avanço, recuo, dificuldade e progresso, também têm dado sua contribuição ao exercício da representação no País. Quando digo que queremos mais, na verdade, solicitamos que esta Casa cumpra a sua responsabilidade de fazer com que todas as ferramentas de monitoramento, acompanhamento e fiscalização -não apenas orçamentária e financeira -das políticas públicas permitam que elas sejam de fato inclusivas.

O que são políticas inclusivas? Citarei dois autores importantes: Acemoglu, um economista turco, e Robinson. Políticas inclusivas são aquelas capazes de traduzir os benefícios do crescimento econômico em prosperidade para o cidadão, em bem-estar; que são capazes de incluir os cidadãos na realização dessas políticas como efetivamente aqueles a quem essas políticas são destinadas, ou seja, como destinatários dessas políticas. Segundo esses autores, o conceito que se contrapõe a políticas inclusivas é o de políticas extrativas, ou seja, é sabido que há mecanismos por meio dos quais o mercado e o Estado estão em recurso da sociedade. A questão é saber como fazê-los retornar à sociedade, retornar em termos do que poderia ser identificado como melhor interesse do cidadão.

Para terminar, mais uma vez gostaria de colocar como desafio para esta Casa essa agenda ampliada de pensar, de continuar inovando e buscando um desenvolvimento institucional que permita a construção dessas ferramentas de responsabilidades cruzadas, que permitam que esta Casa não apenas dialogue com os cidadãos, com o Poder Executivo, no âmbito federal, mas que também promova uma interlocução interinstitucional de caráter federativo entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo nos vários níveis da Federação. Voltando ao assunto da minha fala inicial, o problema da assimetria informacional se coloca também diferentemente nesses diferentes espaços de exercício da representação e nesses diferentes espaços de construção e de execução de políticas públicas. Sabe-se que podemos aprender muito uns com os outros. Então, é importante que esta Assembleia aceite esse desafio de disponibilizar essas ferramentas e de aperfeiçoá-las, a fim de promover essa interlocução interinstitucional de caráter federativo, com vistas a fortalecer a democracia e, especialmente, a representação política e democrática no País. Muito obrigada.

O presidente - Agradecemos as contribuições da Dra. Maria de Fátima Junho Anastasia.



## Palavras do Deputado André Quintão

Boa tarde a todas e a todos. Não farei uma exposição, apenas breves considerações. Mas antes gostaria de cumprimentar a Profa. Fátima Anastasia; a Dra. Andréa; o Leonardo, secretário de Planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte; também o deputado Zé Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e o André Reis, da Seplag.

Considero o dia de hoje muito importante para a Assembleia Legislativa. Nesse processo de desenvolvimento e inovação institucional, o lançamento do *site* Políticas Públicas ao Seu Alcance é muito relevante. Queria aqui, na pessoa da Regina e também do Paulo Scofield e de toda a equipe, cumprimentar os servidores. É um *site* que pode auxiliar muito e contribuir para o acompanhamento e monitoramento das políticas públicas no Estado.

É importante entendermos esse *site* num conjunto de inovações nos últimos anos. A Profa. Fátima mencionou mudanças que se iniciaram na década de 1990 e que, a partir de 2002, 2003 tiveram um salto de qualidade no que se refere ao ciclo orçamentário, particularmente do ponto de vista do acompanhamento e de incidência. Acho isso muito importante.

O subsecretário André Reis mencionou uma questão importante. Com o processo de discussão na Assembleia dos planos plurianuais, do mecanismo da revisão anual - a revisão anual foi resultado de uma emenda popular, é bom que se diga, na discussão do primeiro PPAG, em 2003, para 2004 a 2007 e que teve o acolhimento tanto do governo quanto da Assembleia... Então, esse foi um mecanismo importante. Depois, numa primeira revisão os participantes disseram: "Mas chegarmos ao final do ano e revisarmos para o outro ano? Seria bom fazermos isso também no meio do ano". Então, foi instituída a figura do monitoramento, também por sugestão popular. Hoje também estamos abrindo esse monitoramento. São duas conquistas.

Essa ferramenta, o *site*, ajudará muito na preparação das pessoas. A Profa. Fátima mencionou a assimetria informacional. De fato, não podemos criar aqui rituais de participação. É caro, é desgastante, não é adequado, não é correto com as pessoas. Queremos que a participação se revele também com resultados efetivos, qualitativos. Então, o instrumental está disponibilizado. É muito importante o cumprimento.

Queria cumprimentar também a Dani e toda a equipe que auxiliou na elaboração da cartilha que está sendo lançada hoje sobre a participação no ciclo orçamentário -ela terá também uma versão eletrônica, tão importante.

Recebi aqui as sugestões para a agenda da Assembleia. Até porque tenho um documento na mão, tenho responsabilidade. Queria aqui também expressar uma opinião na linha da Profa. Fátima sobre capacidade instalada e efetividade. É muito importante, e estamos buscando isso na Assembleia, conectarmos, integrarmos as diversas iniciativas institucionais. Esse é um esforço, quase uma obsessão também, Fátima, que tenho aqui.

Por exemplo, o Parlamento Jovem. Quando fomos procurados pela PUC em 2003... A partir de hoje à noite, amanhã e sexta -não é, Almor? - será aberta uma edição do Parlamento Jovem. Quando fomos procurados na Comissão de Participação Popular, que tinha início em 2003, buscamos a Escola do Legislativo, que já tinha um trabalho desenvolvido. Vamos integrar. E as sugestões do Parlamento Jovem são incorporadas nas revisões do PPAG, na comissão. Quanto a essas sugestões, imagino que o bom senso recomende que cada comissão permanente... É trabalho das comissões permanentes, acho que precisamos integrar o trabalho delas com essas ferramentas disponibilizadas e com essas sugestões.

Existem sugestões aqui, André Reis, pertinentes ao orçamento de 2013, ou seja, é possível serem atendidas neste ano. Achei muito interessante saber que uma das maiores demandas do Jequitinhonha é a ligação asfáltica da universidade, que atende dezenas de municípios em Araçuai. Essa é uma emenda popular que consta no PPAG. Nesse caso, no monitoramento, podemos cobrar do governo e executar a emenda já aprovada. Existem, eventualmente, sugestões que dizem respeito a novas ações que temos de discutir na revisão do PPAG para o ano que vem. Então, esse estudo, esse exame tem de ser necessariamente realizado pelas comissões permanentes da Casa, com o apoio das assessorias e da Consultoria, usando o *site* como ferramenta fundamental.

Quando a Assembleia começou a iniciativa inovadora, pioneira, de fazer prestação de contas, alertei o presidente Dinis Pinheiro de que esse processo era importante, mas tem de haver um desdobramento do que foi levantado, discutido, porque senão o processo pode cair no vazio. Esse é o êxito dessas iniciativas. É importante que as comissões permanentes se debruçam sobre esse documento. No monitoramento, além de verificarem o que está previsto, como orçamento, meta física, meta orçamentária, números dos resultados, que são fundamentais, seria interessante que pudessem, quem sabe, fazer uma conexão com esse documento.

Outro ponto que gostaria de mencionar diz respeito ao processo de participação do PPAG. Essa, de fato, é uma novidade que a Assembleia tem de valorizar. Venho participando de alguns encontros, principalmente nacionais. Num encontro recente, o aniversário dos 10 anos da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, fiquei sabendo que o dele é de 2001 e a nossa, de 2003. A capacidade de incidência no ciclo orçamentário é uma inovação na Assembleia que se mantém e que lá não há. Na verdade, havia, mas acabou. Acho fundamental a manutenção, a ampliação, a qualificação desse instrumento. Vou dar alguns exemplos com números não exatos: foram mais de 1.100 emendas aprovadas nesses últimos anos. São muitas emendas. Posso falar também de valores: mais de R\$120.000.000,00; se não agregarmos emendas que se transformaram em ações permanentes, esse número pode ser maior.

Algumas ações são muito importantes, como, por exemplo, as relacionadas aos povos indígenas, que, de emenda, viraram ação permanente. Na área da cultura, estamos discutindo emenda específica que pode virar ação e acolhimento de sugestão de municípios por edital. Isso vai se cristalizando como política pública. Podemos falar em resultados efetivos para algumas legislações, como a do bolsa-reciclagem, oriunda de um projeto do deputado Dinis Pinheiro, resultante de seminários internos, que teve garantida sua execução por emenda popular do PPAG de R\$3.000.000,00.

Existem efetivação de leis, novas ações e públicos hoje integrantes do processo de formação de agenda de políticas públicas da Assembleia através desse processo. Isso existe somente aqui, não existe em nenhuma outra assembleia. A Assembleia precisa valorizar essa inovação, esse mecanismo. Imagino que, com o amadurecimento do Legislativo e do Executivo, possamos, quem sabe,



num futuro próximo, pensar num processo de compartilhamento na elaboração do plano ou mesmo na tramitação, não somente na revisão, mas também na elaboração do planejamento. Talvez isso seja o ideal.

O ex-deputado Carlin Moura, hoje prefeito de Contagem, foi membro da Comissão de Participação Popular e está realizando um processo parecido no seu município. Devemos acompanhar essa experiência. Não é prévio à câmara municipal, mas durante a tramitação na câmara municipal. Será realizado na elaboração e na análise da câmara municipal. Eles não tiveram como realizar esse processo no primeiro ano de governo, como na proposta a ser enviada. Contudo, na tramitação isso será feito. Há até uma pergunta sobre esse tema para ser feita. Os municípios este ano encaminharão seus planos plurianuais, e em alguns municípios eles são absolutamente desconhecidos. Há padrão de plano plurianual. Às vezes a empresa faz um plano para várias cidades. Essa ideia de planejamento, monitoramento e revisão está a anos-luz do que fazemos na Assembleia Legislativa. Então, repassar um pouco essa metodologia e essa valorização é muito importante. É fundamental que integremos essas iniciativas, como prestação de contas, monitoramento e revisão do plano, com o trabalho já realizado pela comissões permanentes, fóruns técnicos, ciclos de debates, debates públicos e audiências públicas. Agora contamos com essa ferramenta muito importante que é o *site* Políticas Públicas ao Seu Alcance.

Por fim, quero dizer que estava mexendo nos meus alfarrábios na minha casa e achei uma publicação encadernada, em xerox, algo que parece até de estudante. Na época, xerocávamos as coisas, pois não tínhamos dinheiro para comprar o livro. Não havia computador. Tínhamos de xerocar os capítulos mais importantes. Então encontrei um trabalho da professora Fátima Anastasia: "Mudança institucional e democracia. A experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais". Ele é de dezembro de 1997. Estava relendo alguns capítulos porque na semana que vem teremos aqui as comemorações dos 10 anos da Comissão de Participação Popular, e o Capítulo 7 chamou muito minha atenção. O Capítulo 7 é: *Instituições e condições, os limites da mudança institucional*. A professora Fátima faz a análise dos avanços da Assembleia Legislativa na década de 1990, mas, no quesito Subvenção social, que existia naquela década, houve uma grande resistência dos parlamentares em absorver as sugestões populares. Então ela fala que a Assembleia estava indo muito bem e avançando e tal, mas, quando chegou à questão da subvenção, a Assembleia não acolheu exatamente o que a população queria.

Ela tem razão. Na época eu não era deputado, era vereador. Fizemos CPI sobre subvenção social da Assembleia, na câmara municipal. *Forçamos a barra* e tal para denunciar isso. Fizemos projeto de iniciativa popular e recolhemos entre 40 mil e 50 mil assinaturas para acabar com esse mecanismo. O ex-presidente Itamar Franco, quando assumiu o governo, acabou com isso. Hoje, por exemplo, estou vendo aqui a deputada Rosângela Reis, presidente da Comissão do Trabalho. O papel que a Assembleia cumpre na política pública de assistência social mostra exatamente o salto de qualidade que ela deu nesse período histórico, no período em que ela era o retrato do antagonismo da política pública na assistência. Para o Fundo Estadual de Assistência Social, zero de recursos, e havia dinheiro aqui para subvenção social. Hoje Minas Gerais é o único estado onde o Sistema Único da Assistência Social - Suas - é lei, e o único estado que tem cofinanciamento universal para os 853 municípios. Este ano, quando o governo federal lançou a nova Norma Operacional Básica - NOB -, esta foi a única Assembleia que se dispôs a orientar os municípios, rodar o Estado e participar de conferências municipais, e agora da conferência estadual. Minas Gerais foi o único estado capaz de, no PPAG, criar, por emenda popular, um projeto estruturador em 2003, o qual possibilitou que o Estado fosse o primeiro a cofinanciar e implantar o Suas.

Se algum estudante quiser fazer uma monografia ou defender uma tese, sugerimos o título: *Assembleia Legislativa, política de assistência social, do atraso à vanguarda*. Seria um bom estudo, há dados disponíveis. Poderá começar por esse Capítulo 7, da Profa. Fátima, e depois usar a cartilha *Suas é lei em Minas e no Brasil*, de minha autoria. Assim, já são dois materiais disponibilizados. Por que estou dando esse exemplo? Porque isso mostra o tanto que caminhamos em tão pouco tempo de história.

Deputado Zé Maia, faço esse registro com muita alegria. O deputado Alberto falou sobre a vitalidade das presidências, mas o entendimento, nos últimos anos, é que permitiu esses avanços. De fato, sem o entendimento interno entre as comissões, o governo do Estado e as várias entidades da sociedade civil, não teríamos caminhado tanto. Deixo aqui um registro da nossa alegria. A todos que trabalharam no *site* e na cartilha, desejo um bom processo de monitoramento de políticas públicas.

Profa. Fátima, esses dias reli esse material, mais precisamente o Capítulo 7, sobre subvenção, e estou sugerindo para o pessoal fazer uma monografia, um estudo com o título *Do atraso à vanguarda*, no qual se encaixa a assistência social na Assembleia Legislativa. A Profa. Fátima não é somente uma estudiosa do assunto, é também inspiradora de mudanças institucionais.

A Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia -Deputado André, é muita bondade.

O deputado André Quintão - Há uma grande diferença, pois existem estudiosos e estudiosos que inspiram inovações, como também é o caso da Profa. Eleonora, que estará conosco na semana que vem.

Quero cumprimentar o corpo técnico da Assembleia e parabenizá-lo. Não tenho medo de dizer, pois ando por este País: não teríamos essa capacidade instalada se não fosse a qualidade do corpo técnico da Assembleia. Temos total apoio. Registro isso de público e de coração. Não me canso de mencionar isso.

Andréa, a presença da Seplag, do governo, foi fundamental nessa caminhada. E esperamos avançar mais. A defensoria está aqui, e não é à toa. Houve o seminário Pobreza e Desigualdade e foram apresentadas propostas. Há disputa por orçamento, há emenda popular para defensoria itinerante este ano. É um espaço, é uma arena de disputa democrática por recursos orçamentários muito qualificada. Parabéns a todos os presentes e um carinho muito especial aos servidores da Assembleia.

O presidente - Cumprimento o deputado André Quintão, que tem feito um trabalho extraordinário na Comissão de Participação Popular. Como foi dito, essa foi a primeira comissão desse nível criada no âmbito das assembleias do nosso país. Faço coro com o André quanto à assessoria da Assembleia, que é seguramente a mais competente do Brasil.

### **Esclarecimentos sobre os Debates**

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos a quem fizer uso do microfone que se identifique e seja objetivo e sucinto, dispensada a formalidade das saudações pessoais.



## Debates

O presidente - Vamos passar aos debates. Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes, tem uma pergunta.

O Sr. Josadac Marques -Deputado, primeiramente gostaria de agradecer a participação da Assembleia Legislativa por ocasião do prêmio Objetivos do Milênio, que aconteceu em Belo Horizonte, no dia 4 de julho. Lançamos simultaneamente a quinta edição do prêmio nacional e a primeira do prêmio ODM-Minas, que encerrou as inscrições no dia 19 de agosto. Nos próximos dias, encaminharemos à Assembleia algumas informações.

Mas o questionamento que faço - e o André falou isso -é sobre qualificar, em cada rodada, o ciclo e a ampliação da carteira de políticas públicas do Estado. Não é uma pergunta, mas uma sugestão de monitoramento. Estamos finalizando o ciclo dos Objetivos do Milênio, que começou no ano 2000 e vai até 2015.

Agora, no dia 23 de setembro, começa na ONU a contagem regressiva para os dois anos finais. No boletim que circulou hoje, sobre a abertura do Observatório do Idoso ontem, cita-se o fato de que o presidente Dinis Pinheiro, em ocasião anterior, solicitou que o secretário-geral da presidência da República, que esteve aqui em junho, fosse o mediador para a criação do 9º Objetivo que seria o do idoso no Brasil. Então gostaria que se incluíssem, talvez na discussão da política pública por monitoramento, na semana que vem, informações da repactuação feita no ano passado pelo governador, com a presença da ONU, oficializando em Minas o 9º Objetivo. Ou seja, o 9º Objetivo foi oficializado, com a presença da ONU, oficializando em Minas o 9º Objetivo. Ou seja, o 9º Objetivo foi oficializado, com a presença da ONU, em julho do ano passado; agora a Assembleia Legislativa está pedindo a mediação da Secretaria-Geral da Presidência da República para a sua criação.

Então deixo a sugestão de que essa articulação seja discutida nos próximos dias e a proposta de que, em algum momento, façamos uma audiência pública em separado sobre os Objetivos do Milênio, porque essas temáticas serão apresentadas em cada uma das audiências públicas. Já fiz a solicitação e refaço a ponderação de que tenhamos em curto prazo o relatório consolidado das conquistas que Minas já fez. O governador citou que, dos oito objetivos de Minas, sete já foram alcançados, mas acho que deveríamos detalhar, em um relatório específico de políticas públicas, como Minas tem trabalhado cada um desses objetivos. Muito obrigado.

O presidente - Pergunta do Sr. Maurício Moura, da Consultoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte, dirigida à Dra. Fátima Anastasia: “Qual é o caminho a ser trilhado para trazer para o âmbito das câmaras municipais o debate efetivo com a sociedade sobre o planejamento de políticas públicas?”

A Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia - Obrigada pela pergunta, Maurício. Acho muito importante essa preocupação, especialmente porque, como podemos constatar -embora a Câmara Municipal de Belo Horizonte, uma cidade grande, conte com recursos significativos e tenha um bom grau de desenvolvimento institucional -, a grande maioria das 5.565 câmaras municipais são de municípios muito pequenos e enfrentam dificuldades até para se organizar em comissões permanentes, porque o número de representantes e os recursos, não só financeiros, mas também de assessoria, consultoria, etc., de que essas casas legislativas dispõem é pequeno. Não sei se isso ainda acontece no País, mas, até pouco tempo, havia câmaras municipais que funcionavam nas dependências da prefeitura. Ainda acontece? Ou seja, como uma câmara municipal que depende do Poder Executivo para pagar a sua conta de luz poderá exercer com efetividade sua tarefa, sua responsabilidade de fiscalizar e monitorar os atos e as omissões desse Poder Executivo? Muito temos que andar ainda para criar as condições para o robustecimento do Poder Legislativo no Brasil, especialmente no âmbito dos municípios e ainda mais dos pequenos municípios. E é no âmbito dos municípios que as políticas públicas são entregues; também é lá que os cidadãos as recebem.

Assim, aproveito a pergunta do Maurício para reiterar a questão que levantei anteriormente. Parece-me que o caminho que poderíamos escolher e trilhar é exatamente o da criação e organização de ferramentas que permitissem o exercício dessas responsabilidades cruzadas, dessa interlocução interinstitucional, através da qual umas casas aprenderão com outras, os cidadãos de determinado lugar aprenderão com as experiências de participação dos cidadãos de outros lugares. E que essas experiências sejam efetivamente difundidas, incentivadas e feitas de forma mais complementar. Parece-me que fica muito difícil se pensarmos que o monitoramento será feito especialmente no âmbito dos municípios, mesmo porque a responsabilidade da entrega das políticas não é só dos municípios. A política chega lá municipalizada, mas toda a concepção relacionada a essa política passou pelos outros entes da Federação. Então é preciso que o Poder Legislativo enfrente o desafio de se organizar federativamente para poder dar mais esse passo no sentido de diminuir a assimetria informacional entre cidadãos e governantes.

O presidente - Pergunta da Liliane Resende, do Dieese, Sind-UTE de Minas Gerais, para o subsecretário André: como o Estado de Minas pretende enfrentar os desafios do financiamento das políticas sociais, haja vista seu diagnóstico de engessamento do orçamento?

O subsecretário André Abreu Reis -Teremos que pensar isso juntos, deve haver um debate coletivo. Só para traçarmos um panorama muito rápido aqui: são R\$65.000.000.000,00 de orçamento do Estado, e R\$30.000.000.000,00 são do Tesouro Estadual, a princípio livres e vinculados pela Constituição, parte para saúde e parte para educação. Mas, desses R\$30.000.000.000,00, R\$9.000.000.000,00 estão inativos, R\$6.000.000.000,00 estão em dívida, e foram embora R\$15.000.000.000,00 referentes a despesas do passado, que, na verdade, têm impacto nas políticas públicas de hoje, embora recolhemos benefícios desse passado. São R\$5.000.000.000,00 de outros poderes; e, dos R\$30.000.000.000,00, R\$10.000.000.000,00 estão com o Poder Executivo, e R\$20.000.000.000,00 o Poder Executivo nem começou a trabalhar ainda, então nem uma política pública foi realizada ainda. Por isso falei sobre o debate a respeito da dívida, que talvez seja um debate que possamos enfrentar, porque a despesa de inativos já teve um corte interessante, que foi justamente poder separar essas massas no passado e criar um fundo para os futuros servidores, que vêm desde 2002. Os servidores aos quais pagamos dentro dos R\$9.000.000.000,00 entraram no governo do Estado até 31/12/2001. Então conviveremos com o comprometimento de quase 1/3 do recurso do Tesouro por mais uns 10 anos. Ele começa a cair a partir de 2016, se não me engano, mas será consumida essa parcela do recurso, que dominará a cena. O que resolverá esse problema é o tempo; ele é que dará conta disso.



No caso das dívidas, temos de conversar e buscar outras formas de financiamento não tributárias. Aí temos de pensar e discutir qual seria o outro formato de financiamento não tributário. Se talvez eu tivesse pagado um pouco menos de dívida e vinculasse a investimentos e a novas políticas públicas, eu teria uma boa alternativa. Mas acho que o desafio maior é o de criatividade e inventividade do ponto de vista de gestão, porque tenho de fazer com que o recurso que há hoje produza os melhores resultados, tendo em vista que os desafios são muito estruturais. Talvez o governo do Estado não consiga enfrentar sozinho, são debates que têm de envolver os 27 entes da Federação e a União para falar desse financiamento. Então a limitação é grande, séria, estrutural, antiga, e vai nos perseguir por um bom tempo. Não vemos horizonte de melhora. A despesa de inativos passa a melhorar e nos aliviar daqui a uns 10 anos. Então temos um horizonte relativamente longo de problemas nesse sentido.

O viés da gestão é importante, é de cobrança e esmero, porque o custo de oportunidades envolvido nesse recurso é bastante alto. Então tentamos gastar da melhor forma. O cenário é mesmo bem nebuloso, é algo que a sociedade tem de discutir junto, porque esse não é um problema apenas do governo de Minas, mas também dos 26 estados, do Município de Belo Horizonte, dos 853 municípios de Minas Gerais e da União, guardadas as devidas proporções de comprometimento.

Há pouco tempo, recebemos representantes do Rio Grande do Sul, em uma biblioteca, para um debate. Desde que me entendo por servidor, fiquei curioso, querendo saber por que o Rio Grande do Sul passa por grandes dificuldades, onde está a questão estrutural que toca esse estado. Eu não conseguia compreender nem de longe. Esse era outro ponto sobre o qual não falei também. Basicamente eles têm mais servidores inativos que ativos, têm pouquíssimos recursos para financiar os atuais servidores públicos, possuem um comprometimento de dívidas maior que o nosso estado e uma despesa de precatórios e sentenças judiciais bem maior que a nossa. São três despesas com que o gestor tem muita dificuldade de lidar. A única forma de gestão que ele tem em relação a essas três despesas, o que é terrível, é arrochar o vencimento salarial, principalmente o dos inativos. A União cobra a dívida na boca do caixa.

Quanto à sentença judicial, ele não tem como deixar de pagar. Então ele está em um quadro bastante sério, antigo e que vai perdurar por mais algum tempo. É um quadro que também se espalha pelo Brasil afora, um debate que temos de enfrentar.

O presidente - A Flávia Pessoa Santos, da Assembleia, pergunta à Profa. Fátima Anastasia: “Ao adotar um modelo de monitoramento participativo e agora descentralizado para as comissões temáticas, pretende-se adotar a capacidade de a sociedade, por intermédio do Poder Legislativo, intervir efetivamente no planejamento das políticas públicas. A senhora acredita que essa intervenção poderia ser uma alternativa mais legítima que o ativismo do Poder Judiciário, garantindo maior efetividade às políticas públicas?”

A Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia - Obrigada, Flávia. Você tocou em um ponto importantíssimo. Agradeço-lhe a pergunta, porque é um ponto crucial e muito considerado na literatura sobre essa questão da capacidade do Poder Legislativo monitorar e fiscalizar os atos e as omissões do Poder Executivo. Existe um autor chamado Strom, que diz que um indicador importante dessa capacidade tem a ver com maior correspondência entre o sistema comissional da casa legislativa e o gabinete ou ministério ou conjunto de secretarias, no âmbito estadual, do Poder Executivo. Espera-se que as casas legislativas sejam capazes de ter um sistema comissional organizado, com consultorias, assessorias, etc., para falar de igual para igual, no âmbito da Federação, com o portfólio ministerial e, no âmbito dos estados, com as secretarias. Assim vamos ter efetivamente maiores chances do exercício do Poder Legislativo na fiscalização e no monitoramento, ou seja, o Poder Legislativo monitorando e fiscalizando o Poder Executivo. A questão importante aí é exatamente a ênfase na criação de capacidades institucionais. Não basta o Legislativo ter vontade de fiscalizar, ele tem de ter competência. É nesse ponto que parabeno esta Casa, porque ela vem criando competências, e isso é muito importante.

Quanto ao Poder Judiciário, Flávia, vou pedir-lhe desculpas, mas realmente essa não é a minha seara, e corro perigo de falar bobagem.

O presidente - Pergunta do engenheiro Nelson Antônio Prata, do Sintesc/Aducon, para o André: “Cerca de 45% das despesas da União estão comprometidas pelo chamado 'serviço da dívida'. Pergunto: Primeiro, quais as consequências ou impactos desse comprometimento para os estados? Segundo, o alívio da discricionariedade da aplicação dos recursos públicos, no sentido de melhorar as políticas públicas, pressupõe profunda auditoria dessa dívida ou existe outro caminho?”

O subsecretário André Abreu Reis - Só aparecem perguntas de U\$1.000.000,00 para eu responder. No caso da União, o impacto da relação com a nossa dívida é basicamente... Porque o que acompanhamos pelos jornais de meta de superávit primário... O que seria superávit primário? Seria a diferença entre as receitas tributárias que ele arrecada correntemente e a despesa na prestação de serviço público, que acompanha esse resultado, a sobra dessa relação. A receita de tributos e despesas com políticas públicas é algo compatível com o nosso pagamento de dívida. Essa conta serve para isso. A meta de superávit primário que a União se coloca é consolidada do ponto de vista federativo. Então, na meta de superávit primário que o Banco Central divulga, estão a União, os estados, os municípios e todas as empresas pertencentes a esses entes federados. Há uma comunicação nesse sentido, porque, na hora em que a União estabelece que há uma meta de 3% de economia, tudo o que os estados estão pagando de dívida para a União, ou seja, a economia que fazemos nesse pagamento, entra nessa meta para a União. Por isso, este é um debate difícil, porque, quando falamos em pagar menos juros para a União, significa que ela também tem de gastar menos, inclusive com políticas públicas.

A briga federativa que ocorre entre os 27 estados e a União é relativa a quem poderá gastar mais com políticas públicas em última instância. Na medida em que a União nos desonerar do pagamento de juros, ela terá de ter uma meta maior de superávit primário com recursos próprios. É aí que entra esse componente da dívida da União e desse número, 45%, de que até nem tenho conhecimento. A União faz essa rolagem da dívida. Na verdade, é um pouco diferente dos estados, porque ela não paga. Os estados rolavam a dívida no passado. Hoje a União não paga esse montante como nós, mas emite títulos para pagar a própria dívida e vai rolando essa dívida ao longo do tempo. Existe esse vaso comunicante. Em última instância estamos discutindo quem poderá realizar investimentos e políticas públicas: a União ou os estados.

Desculpe, deputado, mas não entendi o ponto final da pergunta.

O presidente - Ele pergunta: “O alívio da discricionariedade da aplicação dos recursos públicos no sentido de melhorar as políticas públicas pressupõe uma profunda auditoria dessa dívida ou existe outro caminho?”



O subsecretário André Abreu Reis - Não tenho competência para falar sobre isso. Acho que hoje, com os mecanismos de gestão da dívida, isso é uma despesa, um mecanismo muito bem monitorado. Por trás disso, há muito mais opções econômicas e ideológicas atreladas ao formato para se trabalhar com taxas de juros, para saber qual será o tamanho da meta de superávit primário e desse tal tripé de que ouvimos falar, câmbio flutuante, taxas de juros e metas inflacionárias. E como lidaremos com isso? Isso determinará o tamanho da nossa taxa de juros e, conseqüentemente, o tanto de dívida que pagaremos. Tenho impressão de que isso é algo bem monitorado, mas não tenho competência para saber se há algo a ser auditado e não posso responder essa pergunta.

O presidente - A pergunta da Liliane Resende, do Dieese/Sind-UTE-MG, é para a Profa. Fátima Anastasia: “Muito oportuna sua fala sobre responsabilidades cruzadas na execução das políticas públicas. Todavia, tecnicamente é um dispositivo importante para visualizar essas responsabilidades, ou seja, as fontes dos recursos. Em Minas Gerais ainda não há isso?”. Parece que ela questiona se há como visualizar as fontes dos recursos das políticas públicas.

A Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia - Viviane, não sei se compreendi bem sua pergunta, mas não sei falar absolutamente nada sobre os recursos existentes em Minas Gerais, pois não pertencço ao Poder Executivo. Mas falei sobre responsabilidades cruzadas no que se refere ao monitoramento, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, que envolveriam exatamente uma responsabilização que não se contentasse em ser feita apenas no mesmo nível da Federação. Não sei se compreendi bem a pergunta, mas não tenho nenhuma informação. Peço ao André que me socorra.

O subsecretário André Abreu Reis - Estará disponível no portal de políticas públicas e no *site* Transparência. É possível selecionar o programa governamental a ser executado e as fontes de financiamentos presentes, e consegue-se observar se são fontes estaduais ou de arrecadação do Tesouro, se são transferências federais. Já usei bastante esse *site*, a usabilidade está muito boa, e recomendo que usem o *site* que está sendo lançado.

O presidente - Salvo engano, um dos pontos no *site* são as fontes dos recursos. Creio que lá poderemos ter essa informação. Com a palavra, o deputado André Quintão para fazer sua pergunta.

O deputado André Quintão - Tenho uma pergunta singela à Profa. Fátima, motivo de uma inquietação política e teórica. Há alguns dias, participei de um debate com representantes da Assembleia Popular Horizontal, a congregação de lideranças que mobilizaram milhares de pessoas nas ruas de Belo Horizonte. Todas as pesquisas mostram que há pouca legitimidade e um desgaste grande da imagem dos Poderes em geral e do Poder Legislativo. Qual é o sentimento? Nesses movimentos, em relação ao Executivo e ao Legislativo, as táticas de confronto mais direto das ocupações e das ações que trazem mais visibilidade têm colhido mais resultados que os caminhos institucionalizados. Fico perguntando-me como sair desse impasse. Quando o Poder cria as inovações institucionais, se a sociedade não se reconhece naquele Poder, esses espaços não são ocupados.

Por coincidência, eu estava revisando uma cartilha que tenho da lei estadual da juventude, de minha autoria, que fala em estimular conselho municipal da juventude. Eu o estava revisando no dia da maior mobilização do País. Falei para parar, a fim de que não fosse para a gráfica. O pessoal estava querendo outra coisa. Às vezes a participação em conselhos, audiências públicas e ciclos orçamentários não está tendo reciprocidade de reconhecimento pelo outro. Chamo de outro a essa moçada que não participou da Constituinte, que não acredita muito nesse modelo de democracia representativa combinada, mesmo que participativa, nesses moldes. A coisa é mais rápida, mais dinâmica. Essa é uma reflexão que deixo para os políticos em geral.

A Sra. Maria de Fátima Junho Anastasia - Certo, deputado. Muito obrigada por sua pergunta. Aproveito para me desculpar. Ouvi que você me citou. Você - não é André? - porque a essa altura da vida... Você me citou quando eu estava atendendo a imprensa. Peço desculpas. Não sei exatamente o que você falou sobre o capítulo VII. Depois conversamos, porque fiquei curiosa.

Farei uma brincadeira com você, André, e espero que não esteja dizendo “Vem para a rua você também. Vem!”. Por mais que ache legítimo que o cidadão participe nas ruas - isso é legítimo -, acredito que a democracia brasileira hoje está diante de uma enorme interrogação. Essa interrogação há muito nos instiga, como analistas e como cidadãos. Por que as pessoas vão para as ruas? Primeiro porque há um direito que, como tal, pode ser exercido. Por que as pessoas vão para as ruas? Como você chamou atenção, André, por que não ocupam os canais, as ferramentas institucionalizadas que aí estão? Às vezes ocupam pouco ou muitas vezes nem as conhecem. Voltamos a um problema importante, que é a questão de que a democracia no Brasil ou em qualquer outro lugar tem de ser feita por meio de canais deliberativos. Esses canais deliberativos necessariamente envolvem o desafio de compatibilizar a representação político-parlamentar clássica, tradicional, tal como a que você exerce como nosso representante. Receba nossos parabéns. Tenho acompanhado seu trabalho. Com muitos méritos, você tem promovido essa maior interlocução e a participação institucionalizada do cidadão.

Ir para as ruas faz parte? Faz. Agora, na minha opinião, André, discordando talvez um pouco de sua conclusão, não necessariamente essa seja a melhor forma de participação e de menor custo. Parece-me que, quando as pessoas vão para as ruas, talvez elas estejam sinalizando para os representantes eleitos que elas querem mais. Nós, pessoas que de alguma maneira nos envolvemos com a política mais cotidianamente, temos a obrigação de fazer uma leitura crítica desse processo.

Você falou em ocupações. Não sei se chegou a falar em depredações, o que particularmente acho que já extrapola o exercício do direito. Isso efetivamente é algo que nós, cidadãos, não devemos permitir que aconteça. Efetivamente acredito que isso não é bom para a cidadania nem para a democracia. Ir para as ruas pacificamente, vocalizando preferências e fazendo pressão, que é o que está sendo feito, faz parte do jogo democrático. Só acho que esse jogo não se joga como contexto contínuo, exclusivamente dessa forma. Essa não é a melhor maneira para identificarmos qual é e onde está o melhor interesse dos cidadãos. No conjunto dessas discussões, ouvi e achei muito interessante uma intervenção do meu colega Fernando Abrúcio, cientista político de São Paulo.

Ele disse que essas manifestações estão nos apontando, com muita propriedade, que estamos passando por um primeiro ciclo de decisões alocativas, relativas à construção da estabilidade econômica no País. Num certo sentido, temos dito também que isso se transformou numa política de Estado para os cidadãos. As pessoas acreditam que há estabilidade econômica no País. Passamos por um segundo ciclo, que foi o ciclo de políticas de transferência de rendas, que também se transformou para os nossos cidadãos numa política de estado. Não há ninguém disposto hoje - penso eu - a se contrapor aos resultados e à efetividade dessa política, no que diz

respeito aos indicadores de distribuição de renda no País. Não há dúvida de que houve avanços aí também. Conforme disse o meu colega Fernando Abrúcio, há um terceiro ciclo, que é o de reivindicação por políticas públicas. O que as pessoas estão reivindicando nas ruas? Mobilidade urbana, saúde e educação. É dever e responsabilidade do Estado prover políticas públicas.

Vamos colocar a mão na consciência. O Estado, nos seus vários níveis, não está sendo capaz de dar respostas adequadas na provisão dessas políticas, que devem ter caráter mais inclusivo. Acho que essas manifestações devem ser colocadas como desafio, abrindo-se um debate para mais institucionalização da participação, para a percepção das nossas instituições, quanto à necessidade de elas serem mais porosas. Não apenas as demandas que vêm das ruas devem ser discutidas, mas também a abertura de novos canais de demandas para os cidadãos, de canais institucionalizados. Tenho visto que no lugar em que os canais são efetivamente ocupados, eles produzem resultados importantes. Acredito nisso.

A questão é a seguinte: as nossas instituições representativas vão ter a porosidade e a sensibilidade de fazer a leitura do que está sendo pedido nas ruas? Parece-me que, numa leitura muito apressada, alguma resposta está vindo. Creio que essa resposta está vindo na forma de novas tecnologias de participação institucionalizadas. Nenhum cidadão aguenta ficar todos os dias nas ruas. Uma coisa é ir episodicamente às ruas, outra coisa é pensar que o exercício continuado da democracia exige instituições porosas e abertas à participação do cidadão, instituições rotineiras, para que não seja preciso as ruas serem ocupadas a cada novo problema. Vamos ocupar as instituições.

O presidente - Agradecemos ao deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular; à Dra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, parceira desta Casa; ao Dr. André Abreu Reis, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que representou aqui a secretária de Planejamento e Gestão, Renata Maria Paes de Vilhena; à Profª. Maria de Fátima Junho Anastasia, doutora em ciência política e sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e professora adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/7/2013**

Às 20h18min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Duarte Bechir (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Adalclever Lopes, Duarte Bechir, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Zé Maia, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Está presente também o deputado Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer em que o relator, deputado Romel Anízio, opina pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.086/2013 com as Emendas nºs 1, 7, 9, 12, 13 e 17, apresentadas por parlamentares; a Emenda nº 69, apresentada pelo Bloco Minas sem Censura; as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 10, 65, 79 e 105 e as Emendas nºs 106 a 111, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 5, 8, 11, 14 a 16, 18 a 64, 67, 68, 70 a 75, 78, 80 a 101 e 104, o deputado Ulysses Gomes apresenta requerimento de votação destacada das Emendas nºs 22, 59, 60, 96 e 97. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as emendas destacadas. Submetidas a votação, cada uma por sua vez, são rejeitadas as Emendas nºs 22, 59, 60, 96 e 97, registrando-se os votos contrários dos deputados Adalclever Lopes e Ulysses Gomes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2013.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada - Romel Anízio - Sebastião Costa - Rômulo Viegas.

### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/7/2013**

Às 10h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Elismar Prado, Tiago Ulisses e Zé Maia, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: cartão da Sra. Solanda Steckelberg, presidente da Fundação Clóvis Salgado, e ofício do Sr. Elmar Goulart, presidente da Câmara Municipal de Uberaba, publicados no *Diário do Legislativo* de 22/6 e 6/7/2013, respectivamente. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 160/2011 (relatora: deputada Luzia Ferreira, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 4.130 e 4.137/2013, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.042/2013. Submetidos



a discussão e a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.933, 4.065 e 4.084/2013. A seguir, a deputada Luzia Ferreira faz a leitura de carta do Sr. Pedro Paulo Cava, empreendedor cultural, encaminhada à ministra de Estado da Cultura, Sra. Marta Suplicy, em que contesta a interferência desse ministério nas atividades empreendidas pelos artistas e produtores culturais. Neste momento, registra-se a presença do deputado Tiago Ulisses. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2013.

Tiago Ulisses, presidente – Carlos Mosconi – Ulysses Gomes.

### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/7/2013**

Às 14h15min, comparece no Parque de Exposições – Centro de Eventos de Apoio ao Produtor Rural, localizado no Município de Sacramento, o deputado Antônio Carlos Arantes, membro da supracitada Comissão. Está presente também o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater os avanços e as barreiras da comercialização dos derivados de origem animal fora do Estado. Logo após, o presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Fernando Augusto Silva, fiscal federal agropecuário, representando o Sr. Antônio Andrade, ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Bruno Scalon Cordeiro, prefeito municipal de Sacramento; Mateus de Paula Pereira, vice-presidente da Câmara Municipal de Sacramento, representando o Sr. José Maria Sobrinho, presidente dessa Casa; Gilson de Assis Sales, gerente de Educação Sanitária e Apoio à Agricultura Familiar do IMA, representando os Srs. Elmiro Alves do Nascimento, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Altino Rodrigues Neto, diretor-geral do IMA; Hermógenes Vicente Ribeiro, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Sacramento, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Faemg; John Santos Castro, médico veterinário da Associação dos Produtores de Queijo Canastra, representando o Sr. João Carlos Leite, presidente da associação; Luciano Carvalho Machado, produtor de queijos; Geraldo Majela Carvalho, vice-prefeito de Sacramento; e Célio Onésimo de Barcelos, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sacramento, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Romel Anízio – Glaycon Franco.

### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/8/2013**

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, Romel Anízio, Ulysses Gomes, Sebastião Costa e Glaycon Franco (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de ofício do Instituto Brasileiro do Crisotila encaminhando documentos para subsidiar a discussão do Projeto de Lei nº 1.259/2011; e da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Carlos Antônio Alonso Parreira, diretor do jornal *Folha da Manhã*, de Passos; e Leonardo Maurício Colombini Lima, secretário de Fazenda; da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento, e do FNDE (1.035) (19/7/2013); do Sr. Fabrício Torres Sampaio, secretário adjunto de Transportes, e da Mesa da Assembleia (3/8/2013). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.338/2011 e 3.248/2012 são retirados da pauta por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Jayro Lessa); e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 532/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social (relator: deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição); 1.036/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Adalclever Lopes, em virtude de redistribuição), 1.731/2011 (relator: deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição), 2.203/2011 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Adalclever Lopes, em virtude de redistribuição) e 2.923/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Ulysses Gomes). Na fase de discussão dos pareceres em que o deputado Romel Anízio, relator da Mensagem nº 469/2013, opina pela ratificação do Convênio ICMS nº 41/2013 por meio de projeto de resolução que apresenta; e em que o deputado Sebastião Costa, relator do Projeto de Lei nº 1.568/2011, opina pela aprovação da matéria no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, o presidente defere pedidos de vista do deputado Adalclever Lopes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão.



Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Zé Maia e Gustavo Corrêa em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública, convidando-se também a Comissão de Participação Popular, para debater as políticas estaduais de finanças públicas e de administração pública, com base no monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício de 2013, relativos a elas; e Ulysses Gomes em que solicita seja realizada audiência pública em Baependi para debater o Projeto de Lei nº 3.687/2013, que dispõe sobre a alteração dos limites do Parque Estadual da Serra do Papagaio. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Sebastião Costa - Rômulo Viegas.

### **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/8/2013**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.299, 4.307, 4.308, 4.318, 4.328, 4.335, 4.337, 4.339, 4.344, 4.346, 4.350, 4.357, 4.366, 4.367, 4.342, 4.372 e 4.373/2013 (deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.304, 4.311, 4.325, 4.330, 4.348, 4.358, 4.364, 4.369 e 4.375/2013 (deputado Luiz Henrique); 4.298, 4.300, 4.303, 4.320, 4.331, 4.340, 4.347, 4.365 e 4.376/2013 (deputado Gustavo Perrella); 4.296, 4.310, 4.315, 4.324, 4.332, 4.333, 4.334, 4.345, 4.351, 4.359, 4.363, 4.368 e 4.371/2013 (deputado André Quintão); 4.295, 4.309, 4.312, 4.313, 4.326, 4.336, 4.338, 4.360 e 4.362/2013 e, em virtude de redistribuição, 1.968/2011 (deputado Duílio de Castro); 4.302, 4.314, 4.327, 4.329, 4.341, 4.349, 4.361, 4.370 e 4.374/2013 e, em virtude de redistribuição, 3.622/2012 (deputado Sebastião Costa); e 4.297/2013 (deputado Leonídio Bouças). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 628/2011 e 3.924/2013 são retirados da pauta, atendendo-se, respectivamente, a requerimentos dos deputados André Quintão e Luiz Henrique aprovados pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.815/2011 (relator: deputado Luiz Henrique); e 3.394/2012 (relator: deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.666/2012 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Sebastião Costa). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 4.052/2013 e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 4.208/2013 (relator: deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.441/2012, 3.731 e 4.265/2013 (relator: deputado Luiz Henrique); 3.988, 4.091 e 4.267/2013 (relator: deputado André Quintão); e 4.290/2013 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Neste momento, retira-se da reunião o deputado Luiz Henrique. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.633/2012 com a Emenda nº 1, 3.944, 4.275 e 4.278/2013 (relator: deputado Sebastião Costa, os três primeiros em virtude de redistribuição); e 4.144/2013 (relator: deputado Duílio de Castro). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, é aprovado o requerimento em que se solicita seja baixado em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 4.270/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de amanhã, 14/8/2013, às 10 horas, com a finalidade de apreciar os Projetos de Lei nºs 77 e 697/2011 e 3.195/2012, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2013.

Sebastião Costa, presidente - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva - Duílio de Castro - Leonídio Bouças.

### **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/8/2013**

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação do BTR), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Cabo Júlio e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (2); Maria Juanita Godinho Pimenta, presidenta do Conselho Estadual de Assistência Social, e Elisa Smaneo, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República; e dos Srs. Leopoldo Jorge Alves Neto, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde; Clélio Campolina Diniz, reitor da UFMG; Bruno Gomes Monteiro, chefe de gabinete da ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Bonifácio de Andrada, deputado federal; Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de



Defesa Social; Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG; Josué Costa Valadão, secretário de Governo de Belo Horizonte; Kemyo Guimarães, chefe da Delegacia de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal; Tiago Nascimento de Lacerda, secretário extraordinário da Copa do Mundo; Nélio Costa Dutra Júnior, promotor de justiça (8/8/2013); Leonardo Duque Barbabela, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, e Manoel Luiz Ferreira de Andrade, promotor de justiça (10/8/2013). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 5.191 e 5.205/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia) que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Durval Ângelo e Duarte Bechir (2) em que solicitam seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça pedido de providências para a criação de varas especializadas de crimes contra crianças e adolescentes; e seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para a implantação, em Contagem, da Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e Adolescente; Duarte Bechir (2) em que solicita seja realizada visita ao presidente do Tribunal de Justiça para discutir a possibilidade da criação de varas especializadas de crimes contra crianças e adolescentes; e sejam encaminhados à Polícia Civil e à Corregedoria-Geral da PMMG o trecho das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária da comissão em que o Sr. Elenizio Barreto Ferreira formaliza denúncias contra autoridades policiais de Moeda; e pedido de providências para a apuração dos fatos; Durval Ângelo e Paulo Guedes em que solicitam sejam encaminhados ao Detran-MG pedido de providências para a renovação da carteira de habilitação do Sr. Djalma Oliveira Santos e o cumprimento de determinação do Tribunal de Justiça; e cópia de representação relativa ao assunto recebida na comissão; Durval Ângelo (17) em que solicita sejam encaminhadas aos convidados para a 19ª Reunião Ordinária da comissão e ao Tribunal de Justiça as notas taquigráficas dessa reunião; sejam encaminhados à Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia, à Defensoria Pública e à Prefeitura Municipal de Santa Luzia o trecho das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária da comissão que contém a manifestação da Sra. Simone Luiza de Souza Xisto; e pedido de providências para a defesa de seu direito à moradia; seja encaminhado à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde pedido de providências para a expansão do atendimento à saúde das populações indígenas do Estado; a implementação de ações específicas para essas etnias no âmbito do programa federal Mais Médicos e a promoção de debate sobre formas alternativas e tradicionais indígenas de tratamento de saúde; seja encaminhado à Funai pedido de providências para que sejam agilizados os trabalhos de identificação e demarcação das terras indígenas Aranã e Rio Pardo, esta destinada à etnia mucurin, localizadas no Estado; seja encaminhado à presidenta da República, aos Ministérios da Casa Civil e da Justiça e à Procuradoria-Geral da República pedido de providências para que seja dado especial acompanhamento aos trabalhos de demarcação das terras indígenas Aranã e Rio Pardo, esta destinada à etnia mucurin; sejam as notas taquigráficas da 35ª Reunião Extraordinária da comissão encaminhadas aos senadores e deputados federais por Minas Gerais, acrescidas de pedido para que os parlamentares votem contrariamente à Proposta de Emenda à Constituição nº 215/2000; à Sra. Elizabete Matheus da Silva, da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, acrescidas de pedido de providências para que seja apurada denúncia de precariedade e irregularidade no atendimento médico à tribo pataxó; à Cemig, ao IEF, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Procuradoria-Geral da República, acrescidas de pedido de providências para a apuração de denúncia de instalação irregular de energia elétrica em fazenda já desapropriada e indenizada para fins de instalação de reserva; à Secretaria de Desenvolvimento Social, à Funai e à Secretaria do Patrimônio Público da União, acrescidas de cópia de ofício da Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana e de pedido de providências com vistas à destinação de veículo para fins de transporte da comunidade indígena e de sua produção artesanal; à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, acrescidas de pedido de providências com vistas à criação de espaço público para exposição da produção artesanal das comunidades indígenas representadas pela Associação dos Povos Indígenas de Belo Horizonte e Região Metropolitana; à Prefeitura Municipal de São João das Missões, acrescidas de pedido de providências para a criação de escola indígena na comunidade xacriabá da Aldeia Morro Vermelho, nesse município; ao Ministério Público Federal em Governador Valadares, acrescidas de pedido de providências para que sejam reforçadas as ações desse órgão para a demarcação das terras indígenas no Vale do Rio Doce, sobretudo as das tribos aranã e pataxó; ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; às Sras. Maria Rosa Índia, líder da tribo aranã; Clemes Araújo Sol, psicóloga do Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos; Avelina Rosana Rolim, fundadora do Comitê Mineiro de Apoio à Causa Indígena, e Etelvina Tureta, coordenadora regional da Funai; e aos Srs. Pedro Andrade, representante dos Advogados sem Fronteiras; Santo Caetano Barbosa e Adailton Cavalcante Bezerra, respectivamente, cacique e segundo líder da tribo xacriabá; e Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, coordenador do Conselho Indigenista de Belo Horizonte e Região Metropolitana; seja encaminhado à Funai pedido de providências para que seja publicado o relatório de estudos sobre as áreas indígenas localizadas na região Norte do Estado, a partir do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e adjacências; seja realizada audiência pública para retomar a discussão da Chacina de Unai, em que foram assassinados em serviço servidores do Ministério do Trabalho; e seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis que participaram da elucidação de diversos homicídios no Vale do Aço, entre os quais os do jornalista Rodrigo Neto Faria e do fotógrafo Walgney Assis Carvalho; e Rogério Correia (2) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para discutir a possível perseguição política que estaria sofrendo o ex-deputado Marcelo Caetano de Melo; e para debater os conflitos agrários no Estado, tendo em vista a função social da terra como princípio norteador do direito agrário. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2013.

Durval Ângelo, presidente - Duarte Bechir - Sebastião Costa - Glaycon Franco.



## **ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 14/8/2013**

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Almir Paraca, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o deputado Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater as dificuldades na exploração das águas minerais em São Lourenço e região, assim como propostas de mudanças na legislação federal relativas à exploração das águas minerais, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Patrícia Pereira Lessa, vice-prefeita, representando o Sr. José Sacido Barcia Neto, prefeito municipal de São Lourenço; Maria Lúcia Resende Garcia e Alzira Maria Fernandes, ex-vereadoras da Câmara Municipal de São Lourenço e, a segunda, representante do grupo Amar Águas; e os Srs. Waldinei Alves Ferreira, presidente da Câmara Municipal de São Lourenço; Pedro Paulo Barreiros Aina, promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Lourenço; Leandro Pannain Rezende, promotor de Justiça da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Lourenço; Bergson Cardoso Guimarães, promotor de Justiça e coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande; e Agilsander Rodrigues da Silva, presidente da Comissão das Águas da Câmara Municipal de São Lourenço, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Ulysses Gomes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 21/8/2013, às 10 horas, em Três Marias, com a finalidade de ouvir os comitês de bacia, de forma regionalizada, e discutir questões relacionadas ao uso da água e à gestão de recursos hídricos; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2013.

Almir Paraca, presidente.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO CPI DA TELEFONIA, EM 14/8/2013**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: do presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, vereador Reginaldo Luiz Silva Freitas, encaminhando convite dos vereadores Francisco T. Oliveira Filho e José Divino de Melo, para que a CPI participe de audiência pública naquele município, a ser marcada oportunamente, para discutir os inúmeros problemas das empresas de telefonia na região; do vice-prefeito do Município de São Geraldo, Jonas Batalha Silveira, relatando os problemas de telefonia naquele município e solicitando melhorias no serviço; e de correspondência do Sr. Carlos Duprat, diretor do Sinditelebrasil, publicada no *Diário do Legislativo*, em 8/8/2013. O deputado João Leite faz a entrega de DVD com o conteúdo da reunião realizada pela Unale, em Brasília, no dia 8/8/2013, referente às CPIs de Telefonia do País. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes e Lafayette de Andrada (9) em que solicitam seja encaminhado ao Ministro das Comunicações pedido de informações, na forma de relatório, sobre o Fust, o Fistel e o Funttel, contendo dados relativos ao montante arrecadado desde o ano de 2000, a destinação dos recursos e o valor dos recursos atualmente aplicados no fundo; seja realizada reunião com convidados para ouvir um representante do Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; seja atribuída à CPI da Telefonia a autoria do Projeto de Lei nº 4.341/2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras do serviço de telefonia móvel manterem postos de atendimento presenciais em localidades com população acima de 20 mil habitantes; seja encaminhado aos presidentes das operadoras responsáveis pedido de informação referente ao cronograma de implantação da telefonia rural no Estado de Minas Gerais, nos termos da determinação da Anatel; e seja encaminhado aos presidentes das operadoras de telefonia móvel Tim, Oi, Vivo, Claro e CTBC pedido de informações sobre: número de usuários e linhas em uso de telefonia móvel; número de ligações realizadas por hora, dia e mês; número de antenas instaladas; quais municípios mineiros possuem legislação restritiva para instalação de antenas; número de reclamações atendidas pelo "call center" da respectiva operadora e o índice de resolatividade; e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados aos presidentes das câmaras de vereadores e aos prefeitos dos municípios mineiros questionário, a ser elaborado pela CPI da Telefonia, com a finalidade de fazer um levantamento das denúncias e reclamações relativas às empresas de telefonia de cada localidade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2013.

Zé Maia, presidente - João Leite - Sargento Rodrigues - Romel Anízio.

## **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/8/2013**

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão, Duarte Bechir (substituindo o deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR) e Luiz Henrique (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do



BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da deputada Luzia Ferreira e outras em que solicitam seja realizado debate público da Comissão de Participação Popular, com a finalidade de debater os 30 anos de existência do Conselho Estadual da Mulher enquanto espaço de formulação de políticas públicas para mulheres no Estado, bem como avaliar os avanços na implementação destas políticas a partir da atuação do referido Conselho; dos deputados André Quintão (2) em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado da Saúde pedido de providências com vistas a implantação de procedimentos de implante cardiodesfibrilador para atender aos municípios de Pouso Alegre, Varginha, Alfenas, Itajubá, Lavras, Poços de Caldas, São Sebastião do Paraíso, Passos, entre outros municípios localizados na região Sul de Minas; seja formulado voto de congratulações com a Associação Mineira de Escolas Família Agrícola - Amefa -MG -, por ocasião dos 20 anos de sua fundação; Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública no município de Inconfidentes, com vistas a debater sobre a situação da regularização fundiária dos imóveis naquele município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2013.

André Quintão, presidente - Duarte Bechir - Fabiano Tolentino - Maria Tereza Lara.

### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2013**

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Sebastião Costa e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os deputados Cabo Júlio e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, em 15/8/2013: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, e Maria Elizabeth Farace, da Auditoria Setorial da Secretaria de Educação, e dos Srs. Leonardo Ananias Leão, presidente da Câmara Municipal de Oliveira; Mario Heringer, deputado federal, e Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social. Logo após, o presidente dá ciência aos membros sobre os convites feitos à comissão, para participarem das reuniões de monitoramento do PPAG que serão realizadas pelas Comissões de Trabalho, Previdência e da Ação Social, Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e conjunta de Assuntos Municipais e Regionalização e de Política Agropecuária e Agroindustrial, nos dias 27/8/2013, 25/9/2013 e 3/9/2013, respectivamente. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Requerimento nº 5.299/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Rogério Correia (2) em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - Detran-MG e ao secretário de Estado da Fazenda as notas taquigráficas da 20ª Reunião Ordinária da comissão, com pedido de providências quanto à desburocratização do licenciamento de veículos para pessoas com deficiência; seja formulada manifestação de apoio aos trabalhadores rurais sem terra do acampamento José Bandeira da fazenda da Prata, no Município de Pirapora, em função da luta pela terra e, tendo em vista iminente cumprimento de reintegração de posse por força policial na fazenda citada com perspectiva de desfecho trágico, e requer sejam cientificados da manifestação o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Pirapora, da Vara Estadual de Conflitos Agrários de Minas Gerais e o secretário Extraordinário de Regularização Fundiária; ambos com emenda apresentada pelo deputado Durval Ângelo; Duarte Bechir (3) em que solicita sejam encaminhadas à Promotoria da Comarca de Salinas, as notas taquigráficas da 20ª Reunião Ordinária da comissão, com o registro da fala de Valmir da Costa Pereira, solicitando seja agilizada a tramitação de procedimento instaurado por essa promotoria (Notícia de Fato nº MPMG 0570.13.000043-5); seja encaminhado ao Delegado da Polícia Civil da Comarca de Santa Luzia o trecho das notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária da comissão, que contém a fala de Viviane Pereira dos Santos, autoridade responsável pelo auto de prisão em flagrante do acusado Gleisson Pereira Rodrigues, solicitando-se agilidade na apuração dos fatos pois as testemunhas afirmam que ele não teria participado do fato delituoso e sua irmã alega ser o mesmo inocente; seja encaminhado ao juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santa Luzia o trecho das notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária da comissão, que contém a fala de Viviane Pereira dos Santos, solicitando agilidade na tramitação do processo nº 0182745-98.2013.8.13.0245, uma vez que a irmã do acusado Gleisson Pereira Rodrigues alega ser o mesmo inocente; Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso ao desembargador Nelson Missias, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por seu posicionamento de repúdio às declarações feitas pelo candidato à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, Roberto Bacellar, juiz paranaense que se declarou favorável à pena de morte para juízes corruptos; seja encaminhada à Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB - manifestação de repúdio pelas declarações feitas pelo candidato à presidência dessa entidade Roberto Bacellar, juiz paranaense que se declarou favorável à pena de morte para juízes corruptos; seja encaminhado ao presidente do Conselho Nacional Justiça pedido de providências quanto às declarações feitas pelo candidato à presidência da Associação Brasileira de Magistrados, Roberto Bacellar, juiz paranaense que se declarou favorável à pena de morte para juízes corruptos; seja encaminhada ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pedido de providências em face das declarações feitas pelo candidato à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB -, Roberto Bacellar, juiz paranaense que se declarou favorável à pena de morte para juízes corruptos, conforme declaração gravada em áudio.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

### **ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2013**

Às 10 horas, comparecem na Câmara Municipal de Timóteo os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o Deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação da cadeia pública do Município de Timóteo. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Andréia Rocha Souza, da Gestão da Proteção Social Especial, representando a Sra. Patrícia Nunes Silva Elias, secretária municipal de Assistência Social de Timóteo; e Guaraciaba Gomes Martins Araújo, presidente da Câmara Municipal de Timóteo; e os Srs. Keisson Domingues Drumond, prefeito de Timóteo; Rodrigo Antunes Lage, juiz diretor do Foro da Comarca de Timóteo; Capitão PM Luiz Carlos Ribeiro Magalhães, comandante da 85ª Companhia do 58º Batalhão da 12ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais; Heyder Leonardo Torre, procurador-geral do Município de Timóteo; Leandro Cristino Macedo Santa Bárbara, diretor da cadeia pública de Timóteo; José Carlos de Paula, presidente da Apac de Timóteo e do Conselho Municipal Antidrogas; Adão dos Anjos, diretor-geral da Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho, de Ipaba; e Adriano Costa Alvarenga, Reginaldo Barbosa de Carvalho, Leanir José de Souza Zizinho, João de Souza, José Constantino Coronel, Moacir de Castro, Leonardo Rodrigues Lelé da Cunha, Elci Pedro Ozório e Fábio Campos da Costa, vereadores da Câmara Municipal de Timóteo, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.

Durval Ângelo, presidente.



## **ORDENS DO DIA**

### **ORDEM DO DIA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 27/8/2013**

#### **1ª Parte**

##### **1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### **2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### **2ª Fase**

**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.826/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2006. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2007. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.996/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.



Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o "Selo Jovem" e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.319/2011, da deputada Ana Maria Resende, que proíbe os profissionais de saúde que atuam no Estado de utilizar, fora do ambiente de atuação, os equipamentos de proteção individual com os quais trabalham, tais como jalecos e aventais, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 54, de 13 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 27/8/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.316 a 5.324/2013, do deputado Cabo Júlio, e 5.325/2013, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/8/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,  
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 27/8/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater a mobilidade urbana na região da Lagoa da Pampulha.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10  
HORAS DO DIA 27/8/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 42/2013, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 273/2011, do deputado Paulo Guedes; 860/2011, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 912/2011, do deputado Gustavo Corrêa; 1.166/2011, do deputado Leonardo Moreira; 1.761/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.785/2011, do deputado Inácio Franco; 2.035/2011, da deputada Rosângela Reis; 2.305/2011, do deputado Pompílio Canavez; 2.562/2011, do deputado Rogério Correia; 2.686/2011, da deputada Liza Prado; 3.185/2012, do deputado Carlos Henrique; 3.489/2012, da deputada Liza Prado; 4.048/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 4.251/2013, do deputado Fred Costa; 4.283/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.295, 4.296, 4.297 e 4.303/2013, do governador do Estado; 4.331/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.358/2013, do deputado Duarte Bechir; e 4.376/2013, do deputado Duílio de Castro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.044/2013, do deputado Tiago Ulisses; 4.307 e 4.308/2013, do deputado Dilzon Melo; 4.310/2013, do deputado Fred Costa; 4.315/2013, da deputada Rosângela Reis; 4.326/2013, do deputado André Quintão; 4.332/2013, do deputado Jayro Lessa; 4.336/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.338 e 4.345/2013, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.361/2013, do deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS  
14H30MIN DO DIA 27/8/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.293/2013, do deputado Hélio Gomes; 5.310, 5.311, 5.312, 5.313 e 5.314/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel; 5.329/2013, do deputado Anselmo José Domingos; e 5.333/2013, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/8/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Debate, com a presença de convidados, sobre políticas públicas com impactos no setor turístico.

Discussão e votação de proposições da comissão.



**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/8/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.703/2013, do deputado Bosco; 3.988/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 4.225/2013, do deputado Inácio Franco; e 4.246/2013, do deputado Ulysses Gomes.

Requerimento nº 5.343/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/8/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.041/2012, do deputado Arlen Santiago; 3.496/2012 e 3.791/2013, do deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 27/8/2013**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 27/8/2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior e, na 2ª Parte, à eleição para o cargo de 1º-vice-presidente da Mesa da Assembleia.

Palácio da Inconfidência, 26 de agosto de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Fernando Antônio Costa Iannotti para o Cargo de Diretor-Geral do Deop**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Adalclever Lopes, Inácio Franco, Paulo Guedes e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2013, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.

Luiz Humberto Carneiro, presidente *ad hoc*.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Celinho do Sintrocet, Juninho Araújo e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/8/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater



a política estadual de assistência social com base no monitoramento dos programas e ações do PPAG 2012-2015, exercício 2013, relativos a essa política, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.

Rosângela Reis, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/8/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Santana da Vargem, localizada na Praça Hernane Pereira Scatolino, 50, Centro, com a finalidade de debater as condições do trevo que faz o entroncamento das Rodovias MG-167 e BR-265 e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.

Ivair Nogueira, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.441/2012

#### Comissão de Saúde

#### Relatório

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Clínica Nova Aliança, com sede no Município de Espírito Santo do Dourado.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.441/2012 pretende declarar de utilidade pública a Clínica Nova Aliança, com sede no Município de Espírito Santo do Dourado, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo prestar assistência a dependentes químicos, visando à sua recuperação e reinserção na sociedade.

Com esse propósito, a instituição fomenta a reestruturação de seus assistidos por meio da eliminação do uso das substâncias químicas, da busca de sua autoconsciência e da retomada da condução de suas vidas. Para tanto, realiza palestras sobre prevenção e assuntos de interesse comum, arteterapia, relaxamento, terapia em grupo e atividades de lazer.

Tendo em vista o relevante trabalho humanitário desenvolvido pela Clínica Nova Aliança no Município de Espírito Santo do Dourado, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.441/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2013.

Pompílio Canavez, relator.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/8/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Daniela Fernandes Dutra do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

exonerando Fernanda Bueno de Paiva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando João José Rubim do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Vânia Mota Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Daniela Fernandes Dutra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Eleonor de Souza Moraes Carvalho para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Fernanda Bueno de Paiva para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando José Paulo de Carvalho para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.



### **Gabinete do Deputado Romel Anízio**

nomeando Fernanda Coelho Peres para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Antônia Raimunda Lopes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Renato José de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Waldir Teixeira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Ronaldo Moura de Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

### **ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Ivair Nogueira do Pinho, matrícula 7763-1, no período de 4 a 19 de julho de 2013.

Mesa da Assembleia, 8 de agosto de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

### **TERMO DE CONTRATO CTO/96/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação de Moradores e Amigos Integrados da Caixa D'Água da Esperança. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993).

### **TERMO DE CONTRATO CTO/103/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Liga Esportiva do Alto Rio Pardo – Lidarp. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993).

### **TERMO DE CONTRATO CTO/115/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: LFV Anastácio Informática. Objeto: Aquisição de suprimentos de informática, incluindo mídias virgens e cartuchos para impressoras Lexmark e HP. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 35/2013. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).

### **TERMO DE CONTRATO CTO/120/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação de Desenvolvimento Comunitário de São José do Bugre. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei nº 8.666, de 1993).

### **TERMO DE CONTRATO CTO/124/2013**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Distribuidora Evidence Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de carpete, com remoção do existente. Vigência: 4 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 21/2013. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).



### **ERRATAS**

### **ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2013\***

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/8/2013, na pág. 30, sob o título "REQUERIMENTOS", após o texto do Requerimento nº 5.347/2013, acrescente-se o seguinte despacho:

"(- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública)."

\*- Fica sem efeito a errata relativa ao mesmo documento, publicada na edição de 24/8/2013.



**ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2013**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/8/2013, na pág. 2, sob o título “OFÍCIOS”, onde se lê:

“Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (12), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 3.964, 4.095, 4.105, 4.120, 4.944 e 4.945/2013, da Comissão de Participação Popular,” leia-se:

“Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (12), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 3.964, 4.095, 4.105 e 4.120/2012, e 4.944 e 4.945/2013, da Comissão de Participação Popular,”.